

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A INFLUÊNCIA DOS BANCOS ESTRANGEIROS SOBRE O SISTEMA
FINANCEIRO NACIONAL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Francine Lamin

Orientador: Prof. Roberto Meurer

Área de Concentração: Economia Brasileira

Palavras-chaves: 1. Sistema Financeiro 2. Reestruturação
3. Internacionalização

Florianópolis, fevereiro de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oito) à aluna Francine Lamin na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Roberto Meurer
Presidente

Anton Peter Muller
Membro

Rosiene Rosália Andrade
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me colocar neste mundo com uma missão a ser cumprida e pela oportunidade de hoje estar aqui.

À minha família, pelo carinho e apoio em todas as ocasiões, e pela constante participação em minha vida.

Aos amigos que sempre acreditaram e deram força para que esta tarefa fosse realizada.

Aos professores que colaboraram com este trabalho, pela amizade e interesse dispensados.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	viii

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Problemática.....	01
1.2. Objetivos	03
1.2.1. Geral.....	03
1.2.2. Específicos.....	03
1.3. Metodologia	03

CAPÍTULO II

2. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	05
2.1. O que é o Sistema Financeiro Nacional	05
2.2. Histórico.....	06
2.3. Evolução.....	07
2.4. Composição Atual.....	08

CAPÍTULO III

3. A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	11
3.1. Comportamento dos Bancos Durante a Alta Inflação.....	11
3.2. Plano Real e a Estabilização da Economia.....	14

3.3. A Reestruturação.....	18
3.4. Tendências.....	22

CAPÍTULO IV

4. A ATUAÇÃO DOS BANCOS ESTRANGEIROS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	24
4.1. Aspectos Positivos à Entrada de Instituições Estrangeiras.....	24
4.2. Aspectos Negativos à Entrada de Instituições Estrangeiras.....	27
4.3. Efeitos da Presença Estrangeira na Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.....	30
4.4. O Interesse Externo no Mercado Brasileiro.....	33
4.5. A Legislação Brasileira.....	35
4.6. Como Agem os Bancos Estrangeiros.....	37
4.7. A Participação das Instituições Estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional.....	39

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO.....	51
-------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
---------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos Bancos no Patrimônio Líquido da Área Bancária	40
Gráfico 2 – Participação dos Bancos na Captação Externa da Área Bancária.....	40
Gráfico 3 – Participação Percentual das Instituições nos Ativos da Área Bancária	42
Gráfico 4 - Participação Percentual das Instituições no Patrimônio da Área Bancária	43
Gráfico 5 – Participação Percentual das Instituições nos Depósitos da Área Bancária.....	44
Gráfico 6 – Participação Percentual das Instituições nas Operações de Crédito da Área Bancária.....	45
Gráfico 7 – Distribuição por Porte do Número das Instituições da Área Bancária.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação Estrangeira em Instituições Financeiras no País.....	41
Tabela 2 – Avaliação dos Ativos dos Bancos por Origem do Capital	48
Tabela 3 – Avaliação do Patrimônio Médio dos Bancos por Origem de Capital	48
Tabela 4 – Percentual dos Ativos por Segmento da Área Bancária.....	49

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a influência dos bancos estrangeiros sobre o Sistema Financeiro Nacional, bem como a forma de atuação e a participação no mercado brasileiro.

O Sistema Financeiro Nacional, hoje composto basicamente pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e por uma constelação de bancos públicos, privados e estrangeiros, vem passando por diversas transformações ao longo de sua existência.

Desde o seu início até a implantação do Plano Real, o sistema era constituído em sua maioria por bancos nacionais. A partir de 1994 houve uma abertura financeira possibilitando que instituições estrangeiras penetrassem no mercado financeiro brasileiro, mesmo não havendo legislação que permitisse claramente essa entrada.

A busca por novos mercados é provocada pelo intenso processo de desintermediação vivido pelas economias avançadas, que vêm nas economias emergentes como a brasileira, novas oportunidades de lucro.

A abertura traz muitos benefícios mas alerta para uma possível desnacionalização da economia. Com a globalização dos mercados, a presença de instituições estrangeiras aumenta a concorrência do setor bancário proporcionando uma elevação no nível dos serviços mas pode propiciar um ataque especulativo contra a moeda doméstica.

Os aspectos positivos e negativos da abertura financeira serão analisados neste trabalho no intuito de uma avaliação da influência exercida pelos bancos estrangeiros sobre o Sistema Financeiro Nacional.

De maneira geral, a influência é positiva dado o amplo controle exercido pelas autoridades monetárias brasileiras, e a adaptação das instituições estrangeiras ao nosso mercado e não o contrário.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problemática

O Sistema Financeiro Nacional é o conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilita a transferência de recursos dos ofertadores finais para os tomadores finais, e cria condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado.

As atividades e o funcionamento desses instrumentos financeiros, caracterizados pelos bancos diversos e sociedades de crédito, são regulamentados e fiscalizados pelo Bacen que controlam a sua liquidez.

Por muito tempo a estrutura financeira brasileira funcionou estimulada por subsídios e incentivos fiscais, também responsáveis pelas receitas satisfatoriamente auferidas pelas instituições que dela faziam parte.

O longo período de altas taxas de inflação provocou uma elevada rentabilidade do Sistema Financeiro e de sua participação em relação ao PIB.

Com o Plano Real e o conseqüente controle do processo inflacionário na economia brasileira, verificou-se a perda da receita com *float* dos recursos transitórios ou não onerosos dos bancos, reduzindo a rentabilidade de suas atividades. Algumas instituições, muito dependentes dessas receitas ou que possuíam má gestão empresarial, começaram a apresentar dificuldades financeiras e a transparecer o número excessivo de instituições acima das necessidades da economia. Esses fatores acabaram por provocar a falência de algumas instituições.

A solução para esse problema foi o processo de conglomeração de vários bancos em busca de um fortalecimento, que passou a redefinir o Sistema Financeiro Nacional, rompendo com o modelo de especialização.

Ao se esgotar o processo de conglomeração no âmbito doméstico da economia, ficam colocadas as bases para a transformação desses conglomerados em bancos múltiplos ou

universais, como constatamos hoje em dia, suspendendo assim, o estigma da especialização. São abertas as portas para a globalização financeira.

Porém, quando comparada em termos globais, a fragilidade do sistema fica exposta, bem como a baixa competitividade em relação aos concorrentes estrangeiros, devido a curta experiência brasileira ou à falta de preparo dos dirigentes das instituições enquadradas no sistema.

A solução encontrada para suprir a fragilidade do sistema é fomentar o seu fortalecimento com a aquisição de bancos em dificuldades ou pouco competitivos, por parceiros locais ou estrangeiros, através do PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

Cabe observar que o processo de consolidação do sistema financeiro não é um fato restrito ao Brasil. Assiste-se a uma onda de fusões e aquisições de instituições a nível mundial.

Os benefícios decorrentes deste processo são: o fortalecimento financeiro dos participantes do sistema, o ganho de escala através da redução de custo, principalmente em áreas de suporte como informática, contabilidade, etc., a atuação em um número maior de carteiras, segmentos de mercado e/ou regiões geográficas.

Quando a situação envolve um banco estrangeiro, maior facilidade na captação de recursos no exterior e acesso a novas tecnologias e produtos de controle, também se enquadram nos benefícios oferecidos pelo processo de consolidação do Sistema Financeiro Nacional.

Por outro lado, o Balanço de Pagamentos brasileiro pode ser prejudicado quando os bancos estrangeiros envolvidos em transações de fusão e aquisição de instituições nacionais, ou que ingressaram recentemente no país, começarem a lucrar no Brasil e a remeterem esses lucros para a matriz no exterior. Além disso, a vulnerabilidade da moeda nacional é um outro aspecto apontado como negativo à entrada de instituições estrangeiras.

Por esse motivo, o trabalho propõe estudar mais detalhadamente a influência dos bancos estrangeiros quando atuam adquirindo bancos brasileiros. Para isso, busca-se estudar qual o interesse desses bancos internacionais à nossa Economia e como é permitida a sua entrada, tendo em vista a legislação vigente.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral:

Analisar a influência dos bancos estrangeiros sobre o Sistema Financeiro Nacional.

1.2.2. Objetivos Específicos:

- Identificar o momento e o ambiente em que as instituições estrangeiras começam a entrar no país;
- Analisar a legislação que permite a entrada das instituições estrangeiras no país e sua evolução;
- Pesquisar a forma na qual atuam as instituições estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional;
- Estudar o interesse das instituições estrangeiras na economia brasileira;
- Apontar os benefícios da aquisição dos bancos brasileiros por instituições estrangeiras.

1.3. Metodologia

Este trabalho traz um estudo a respeito das condições encontradas pelos bancos estrangeiros ao entrarem no Brasil, bem como a influência dos mesmos sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Para tal, foi realizada uma pesquisa de material especializado e posteriormente uma análise do conteúdo.

Foram analisadas notícias e artigos recentes a respeito do assunto para um acompanhamento dos acontecimentos. Livros, periódicos e publicações relacionadas ao tema também foram utilizados.

A legislação que rege a atuação do Sistema Financeiro como um todo foi encontrada na Constituição Brasileira, em publicações do Banco Central do Brasil e em relatórios especializados.

Páginas da Internet foram outros recursos importantes disponíveis à complementação do trabalho.

Todo o material foi lido e analisado para posterior redação conclusiva correlata ao objeto de estudo principal.

CAPÍTULO II

2. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

2.1. O que é o Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional é o conjunto de instrumentos financeiros que busca intermediar transações de empréstimos entre um agente superavitário para outro, deficitário, isto é, quem possui recursos empresta para quem precisa através da intermediação desse sistema. Cabe a ele dar condições de liquidez aos títulos e valores mobiliários.

Os bancos são os principais instrumentos financeiros desse sistema. O seu papel é financiar quem precisa ser financiado; emprestar o dinheiro de quem o possui para quem dele necessita. É fornecer o capital necessário para aquecer a economia, gerando investimentos, empregos e renda.

Uma das funções do Sistema Financeiro é financiar projetos produtivos, ou seja, um empresário que deseja investir num ramo produtivo mas que não possui capital suficiente pode recorrer a um banco e requerer um empréstimo. Uma vez concedido, o projeto é posto em execução. Para que uma empresa produza é necessário que haja a contratação de trabalhadores, o que por sua vez, vai criar emprego e gerar renda, tanto em termos de salário quanto de lucro.

O financiamento se dá através da intermediação bancária onde os bancos comerciais emprestam o dinheiro aplicado em caderneta de poupança, por exemplo, para empresas não-financeiras investirem em seus projetos. Quando um trabalhador contratado por esta empresa recebe seu salário, ocorre um efeito multiplicador da renda, uma vez que parte desse salário vai ser consumida, aumentando a demanda agregada e incentivando os investimentos, e parte é poupada, geralmente através de depósitos em instituições bancárias que servirá para financiar novos projetos. Além disso, essa renda que é poupada poderá servir também para financiar habitação para os próprios trabalhadores. Além disso, diversas outras

operações são realizadas, mas basicamente é assim que funciona o Sistema Financeiro Nacional.

2.2. Histórico

Embora o país já possuísse um pequeno número de bancos desde o início do século XIX, é apenas no final do século passado que o sistema passa a tomar corpo. O Sistema Financeiro Brasileiro passa por cinco fases segundo LOPES e ROSSETTI (1996). A primeira abrange o final do período colonial, do Império até os primeiros anos da República. A segunda abrange o período das guerras e da depressão. A terceira engloba o período pós guerra, a partir de 1945. A quarta é marcada pelas reformas institucionais dos anos 60. A quinta inicia nos anos 90 com a globalização. Mais detalhes a seguir.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi criado em 12 de outubro de 1808, o Banco do Brasil, o primeiro banco do país. Em 1829, essa instituição foi extinta sob acusação de que suas emissões estavam desvalorizando os meios circulantes, causando êxodo de metais preciosos e aumento geral dos preços. Em 1833, o Banco do Brasil é reestabelecido mas não consegue fundos para subscrever o capital estipulado para o seu funcionamento. Mais tarde, em 1851, é fundado um novo Banco do Brasil, agora particular, que dois anos depois se funde com o Banco Comercial do Rio de Janeiro e no ano seguinte passa a operar sem a intervenção do governo brasileiro.

Em 1861, é fundada no Rio de Janeiro a primeira Caixa Econômica Federal, com o objetivo de conceder empréstimos e incentivar a poupança popular. Buscava-se também inibir as atividades de outras empresas que não ofereciam garantias aos seus depositantes e concediam empréstimos a juros altíssimos. Apenas em 1869 ocorreu a unificação das 22 Caixas Econômicas Estaduais, que passaram a atuar de forma padronizada.

A partir de 1888, o Banco do Brasil passa a se destacar como instituição de fomento e em 1889, com a proclamação da República, é chamado a cooperar na gestão financeira do novo regime. Em 17 de dezembro de 1892, o Banco do Brasil se funde com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, passando a se chamar Banco da República do Brasil. Em 1905, sob o decreto n.º 1.455, este banco é liquidado, passando a constituir o atual Banco do Brasil.

2.3. Evolução

No início do século, a estrutura do sistema bancário nacional era muito precária e apresentava um alto grau de concentração principalmente no eixo Rio-São Paulo. Visando aumentar a segurança na intermediação bancária e a integração dos vários sistemas dispersos pelo país, foi criada a Inspeção Geral dos Bancos em 1920 e instalada a Câmara de Compensação em 1921.

Em 1934, surgem as carteiras hipotecárias e de cobrança de pagamentos, quando tiveram início as operações de crédito comercial e consignação. O objetivo era intermediar recursos e negócios financeiros de qualquer natureza atuando no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura e na administração de fundos.

Os bancos estatais começam a aparecer depois da II Guerra Mundial, instalando agências em todo o país com o objetivo de atender as necessidades do setor produtivo que não era atendido pelos bancos privados. O Sistema Financeiro se expandiu devido ao crescimento da renda urbana no país, decorrente da expansão industrial. Nesse mesmo período começam a aparecer os bancos de desenvolvimento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE – foi criado na década de 50 pelo governo federal com o objetivo de financiar infra-estrutura e investimentos industriais.

O Banco Nacional de Habitação – extinto BNH – foi instituído mais tarde, na década de 60, para financiar a construção civil. Nessa mesma década uma série de reformas financeiras foram realizadas criando um programa de crédito especial e fundos designados a setores prioritários para a política de mercados.

Em 30 de dezembro de 1964 foi criado o Banco Central do Brasil, com a promulgação da Lei n.º 4.595, com o objetivo de promover a estabilidade do poder de compra da moeda brasileira, zelar pela sua liquidez, manter as reservas internacionais a níveis adequados, estimular a poupança interna para atender aos investimentos demandados e aperfeiçoar o Sistema Financeiro Nacional. Deve também formular políticas monetária e cambial e aperfeiçoar a comunicação dos bancos.

Até 64 as autoridades monetárias eram a Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC –, o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional. Em 1985, buscando um reordenamento financeiro governamental, houve a separação das contas do Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional. Aos poucos as funções de autoridade monetária do Banco do Brasil foram transferidas para o Banco Central, que também ficou encarregado de emitir moeda, e as atividades relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública ficaram a cargo do Tesouro Nacional.

2.4. Composição Atual

Hoje, o Sistema Financeiro Nacional é composto pelo Banco Central do Brasil, pelo Banco do Brasil, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pelo Sistema Financeiro de Habitação e pelas instituições financeiras representadas pelos bancos múltiplos, de desenvolvimento, de investimentos, pelos bancos comerciais, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, além da Comissão de Valores Mobiliários.

De acordo com informações contidas na página do Banco Central do Brasil na Internet, a resolução n.º 2.099/94, especifica que banco múltiplo “é a instituição financeira privada ou pública que realiza as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento.”

Banco de desenvolvimento, segundo a Resolução n.º 394/76, é a instituição pública não federal que tem como principal objetivo suprir o financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do Estado onde tenha sede, com ênfase ao setor privado. Porém, o banco pode financiar, através de consórcio com bancos de desenvolvimento locais, projetos e programas para fora do Estado, desde que estes visem benefícios de interesse comum.

A Resolução n.º 18/66, estipula que banco de investimento é aquela instituição financeira privada que realiza primordialmente operações de investimento, participação ou financiamento, a médio e longo prazos, para empresas privadas obterem capital fixo ou de giro, através de recursos próprios ou de terceiros.

Por fim, de acordo com COSTA (1999), bancos comerciais são instituições privadas ou públicas que visam proporcionar financiamento, a curto e médio prazos, para a indústria, o comércio, empresas prestadoras de serviços, pessoas físicas e terceiros em geral. Podem ser entendidos como instituições monetárias capazes de criar moeda escritural, ou seja, recebem depósitos a vista e emprestam a curto prazo. Suas atividades são fiscalizadas pelo Banco Central, que controla a liquidez do sistema bancário por meio de operações de mercado aberto, redescontos e depósitos compulsórios.

Dentre os bancos comerciais podemos destacar os chamados bancos varejistas, que atendem clientes diversos, operando com um alto volume de recursos e uma baixa margem de risco. Suas agências estão presentes em um grande número de municípios ou localidades e têm como principal operação o fornecimento de empréstimos para capital de giro das empresas, mas também oferecem serviços diversificados. No caso dos bancos comerciais nacionais de pequeno porte, estes possuem agências centralizadas num só lugar privilegiando o crédito pessoal, e os bancos estaduais têm clientela garantida e monopólio das liberações dos Tesouros. Contam com uma extensa rede de agências e custo de captação diferenciado. Têm obrigação de privilegiar operações de crédito em detrimento de operações mais lucrativas com títulos e valores mobiliários.

Os bancos comerciais também podem ser atacadistas, ou seja, atender somente clientes preferenciais e lidar com maiores valores e maior risco. É o caso de alguns bancos nacionais privados de médio porte que se especializam em nichos de mercado com alto risco, com elevado custo de captação e agências distribuídas irregularmente. O maior risco é determinado pela incerteza de retorno, ou seja, o banco empresta um montante considerável a um tomador para investimento num projeto produtivo, por exemplo. Este investimento pode não se realizar de forma esperada, fazendo com que o tomador não cumpra com suas responsabilidades.

Caso a parte, os bancos estrangeiros foram os primeiros a instalar terminais de computador junto a clientes preferenciais para prestação de serviços especializados. Enquanto o Banco Central fiscalizava a expansão de sua rede de agências, tinham maior capacidade de emprestar do que de captar, assim, seu *spread* creditício era pequeno mas compensado pelo

baixo custo de captação. Os bancos estrangeiros tinham suas atividades altamente fiscalizadas pelo Banco Central. Dessa forma, sua capacidade de captar recursos era pequena pois os poupadores preferiam a credibilidade e a familiaridade dos bancos domésticos. Porém, os investidores que demandavam empréstimos encontravam facilidades em obtê-los junto aos bancos estrangeiros. Resumindo, estes bancos não conseguiam captar recursos, mas forneciam empréstimos. Não havia como gerar *spreads* creditícios elevados. Mesmo assim, era compensador atuar no Brasil pois os recursos escassos que eram captados pagavam baixa taxa aos poupadores. Os recursos utilizados para emprestar eram provenientes do capital de giro do próprio banco.

CAPÍTULO III

3. A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

3.1. Comportamento dos Bancos Durante a Alta Inflação

Até meados da década de 90, antes da implementação do Plano Real, em 1994, o país convivia com um alto índice de inflação. Para tentar controlá-la, a política econômica colocou em prática importantes providências. A grande inovação foi a indexação dos valores de títulos emitidos pelo sistema financeiro e de contratos de financiamento. Em condições inflacionárias isso regularizaria os contratos de débito e crédito, viabilizando o desenvolvimento da intermediação financeira. Buscava-se evitar o risco do credor frente a desvalorização da moeda. Com a indexação, no caso de uma desvalorização da moeda frente a inflação, os contratos seriam reajustados pela taxa indexada, ou seja, uma taxa baseada na inflação passada mas que projetava a inflação futura (MODIANO, 1990). Assim, os credores não perderiam dinheiro. A indexação contribuiu para que o indivíduo andasse com menos dinheiro no bolso e passasse a investí-lo, caracterizando a desmonetização. Isso porque a moeda na mão desvalorizava rapidamente. Por esse motivo, era melhor colocá-la no banco, onde seria corrigida pela taxa indexada. Houve também a transferência de recursos do mercado de crédito para o mercado de capitais.

O movimento de captação de recursos para empréstimo a outros era a principal fonte de lucro dos bancos. Era o chamado *spread* inflacionário, ou seja, a diferença entre o que o banco pagava na captação de recursos e o que recebia com o empréstimo dos mesmos, levando em consideração a inflação do período.

A inflação também constituía importante fonte geradora de lucros tendo em vista que os depósitos não remunerados, os depósitos a custo “zero”, eram aplicados pelo próprio banco em títulos da dívida pública ou emprestados, com altas taxas de juros. Era o *float*, cujos valores superavam as receitas com operações de crédito, ou seja, aquelas baseadas tipicamente em captação-empréstimo. Assim, a intermediação financeira convencional perdeu

espaço, desativando as operações bancárias de crédito ao setor privado devido ao lucro da arbitragem e do giro inflacionário do dinheiro.

Esse processo de desativação de crédito continuou até a implantação do Plano Cruzado. A partir daí, há uma brusca redução do *spread* inflacionário e dos ganhos com o financiamento dos títulos da dívida pública.

Para compensar, o sistema bancário faz um ajuste de custos e receitas passando a cobrar taxas de serviços e elevando as operações de crédito.

Em 1987, um empréstimo de ajustamento do setor financeiro para o Brasil, junto ao Banco Mundial, no valor de US\$500 milhões, apoiaria o programa de reformas institucionais do setor, a serem estipuladas pelo próprio Banco Mundial.

Para receber este empréstimo, o Banco Mundial impôs ao Brasil que eliminasse a intervenção governamental no mercado de crédito. Além disso, o país também teria que desenvolver seu mercado de capitais privados e criar instrumentos de empréstimos a longo prazo. Essas medidas melhorariam a captação de recursos para financiar a economia.

Outra exigência do Banco Mundial era a realização de reformas que liberassem as regras de operação do mercado financeiro, permitindo a livre determinação das taxas de juros pelas forças de mercado e, principalmente, que o sistema financeiro fosse aberto aos bancos estrangeiros.

Segundo COSTA (1999)¹, na visão do Banco Mundial o sistema financeiro brasileiro possuía programas de crédito oficial e direcionado com taxas de juros e condições de empréstimos administradas que aumentavam as margens sobre as taxas de juros nos empréstimos para investimentos, induzia a uma segmentação do mercado de crédito e afastavam as fontes privadas do crédito a longo prazo, sendo que as taxas de empréstimos administradas pelo governo para esse programas variavam de taxas reais negativas a taxas reais positivas de até 12%. Além disso, o sistema financeiro tinha 42 exigências diferentes de reserva legal para depósitos à vista, que variavam de acordo com o porte e a localização dos bancos, contribuindo para a instabilidade financeira e impedindo que o Banco Central exercesse o controle monetário. Os bancos comerciais pagavam juros sobre os depósitos à vista resultando em subsídios ao sistema bancário como resultado da inflação e levando a

¹ O autor se baseou em *The World Bank, Brasil – Empréstimo de Ajustamento do Setor Financeiro, Office Memorandum, 2 nov. 1988, p. 23.*

desmonetização da economia, ou seja a população preferia colocar o dinheiro no banco buscando evitar a desvalorização pela alta inflação através do pagamento de juros.

O sistema financeiro, ainda na visão do Banco Mundial, era composto por um grande sistema bancário estadual insolvente, em que os bancos estaduais funcionavam como minibancos centrais para seus estados e cujas funções podiam ser cumpridas pelos bancos privados existentes, e por um sistema de financiamento habitacional que era fonte de instabilidade financeira. Havia falta de implementação dos regulamentos para estimular prudência nos empréstimos, especialmente dos bancos estaduais, falta de esquema de seguro de depósitos, barreiras ao ingresso de novas instituições, baseadas num sistema de cartas-patentes, que contribuíam para a segmentação institucional, não permitindo a consolidação dos grupos bancários, e altas margens de taxas de juros para os empréstimos livres, resultantes do alto nível de exigências de reservas, empréstimos obrigatórios de depósitos e lucros relacionados à inflação.

A inflação ajudou os bancos permitindo que os mesmos auferissem renda através de um grande número de depósitos a taxas de juros reais baixas ou negativas, reduzindo o valor real de suas responsabilidades, evitando a probabilidade de insolvência e aumentando a liquidez, tornando mais fácil aos tomadores de empréstimos honrarem seus compromissos.

Com as vantagens oferecidas, o clima inflacionário fez disparar o número de novos bancos comerciais e a proliferação de agências, porém, mais tarde com o fim da inflação, muitos desses estabelecimentos tiveram que fechar suas portas devido as baixíssimas taxas de intermediação cobradas para emprestar dinheiro e o aumento da inadimplência.

A fragilidade financeira, causada principalmente pelo desequilíbrio entre a carga tributária e o lucro das empresas estatais, esgota o padrão de financiamento e dá fim ao desenvolvimento auto-sustentado da economia brasileira.

Diante da instabilidade provocada também pelo Plano Cruzado, os bancos comerciais brasileiros passaram a adotar uma estratégia defensiva de diversificação de atividades. A partir de 1988, passaram a ter uma estrutura enxuta com um pequeno número de agências que não competiam pelo serviço prestado pelos demais bancos.

Em 1990, um novo Plano de estabilização foi implementado buscando pôr fim na inflação. Para restringir o consumo, adotou-se uma política restritiva, confiscando a riqueza da população. Dados do Bacen indicam que 80% da poupança foi bloqueada, incluindo o capital dos próprios bancos, gerando uma profunda crise de liquidez na economia do país.

Isso porque a população de alta renda, que foi quem teve seus ativos “seqüestrados”, ficou impedida de utilizar seus recursos e os mesmos não puderam ser utilizados pelos bancos para empréstimo. As instituições, dessa forma, reforçaram a emissão de títulos, aumentando os seus depósitos totais, ou seja o banco emitia títulos e captava recursos junto aos clientes. As operações com títulos públicos foram reduzidas.

No ano seguinte, tentou-se desindexar a economia, sem êxito. O processo recessivo continuou até 1992 quando as taxas de juros voltaram a subir e o chamado *overnight* – operação lastreada em títulos públicos – foi substituído pelos fundos de aplicações financeiras.

Durante esse período de alta inflação, principalmente nos anos 80, o nível de empréstimos cai devido a insuficiência de demanda por fundos nas condições contratuais oferecidas. Em outras palavras, para emprestar dinheiro, o banco comercial precisa tê-lo. Esse dinheiro é proveniente das aplicações e depósitos a vista feitos pelos clientes superavitários. Como a inflação é grande e a taxa de retorno oferecida pelo banco não é suficiente para cobrir uma desvalorização, os clientes preferem aplicar o dinheiro em outros ativos, o câmbio, por exemplo. Se os clientes não colocam dinheiro no banco, este não possui recursos para emprestar, e quando os tem cobra taxas tão altas que desestimulam qualquer investidor.

Em 1994, um novo sistema de indexação foi implementado, a URV – Unidade Real de Valor. A URV era uma unidade de conta estável, corrigida diariamente pela inflação. O objetivo era alinhar todos os preços dos contratos e dos salários evitando uma inflação inercial. Tinha paridade com a moeda norte-americana e o governo comprometeu-se em manter essa paridade. Depois de quatro meses de vigência, quando os preços e salários estavam indexados plenamente, essa unidade de conta foi substituída pela nova moeda, o Real.

3.2. O Plano Real e a Estabilização da Economia

Quando o Plano Real entra em vigor, em 1994, a moeda é estabilizada e a inflação despenca. Há um aumento do poder aquisitivo real, tendo em vista que os salários foram reajustados no mesmo nível dos preços e tendiam a permanecer em paridade dada a estabilização. Isso estimulou os empresários a fazerem novos investimentos ou a ampliarem a sua capacidade produtiva. Havia uma confiança no novo Plano econômico. Essa confiança fez

com que o crédito bancário crescesse. Porém, com a valorização cambial – do Real em relação ao dólar – as empresas sofrem um esmagamento nas suas margens de lucro pela situação de baixa competitividade devido também a abertura externa da economia. Mais tarde, há um aumento da inadimplência e o crédito é cortado, agravando a crise bancária.

No início da estabilização a inflação cai consideravelmente. Há um surto de consumo, tendo em vista que o poder de compra real aumentou pois os preços estavam estabilizados. As empresas incrementam seus investimentos para poder atender a demanda crescente (COSTA, 1999). Como de costume, quando não conseguem se autofinanciar recorrem aos bancos para tomar dinheiro emprestado.

Depois de um longo período de inflação alta, no início do Plano, o crediário reaparece com força total financiando os gastos tanto das unidades produtivas quanto das famílias, pois as taxas de juros estavam baixas devido a estabilização, o que atraía o consumidor.

A demanda por crédito, devido a estabilidade econômica e o surto de consumo, trouxe benefícios aos bancos, como o alto índice de operações gerando receitas com serviços, porém, a curto prazo. A longo prazo houve dificuldades causadas pela incapacidade de prever o risco. Isso porque o sistema bancário vinha de uma fase em que era desnecessário, tanto para os bancos públicos quanto para os privados, diante de ganhos fáceis, basear decisões na análise de risco. As receitas eram tão altas que compensavam possíveis perdas. Além disso, as considerações de risco que eram feitas pesavam muito sobre a supervisão dos bancos que estavam mais interessados em dominar a explosão do consumo. A supervisão bancária não deu muita atenção ao risco. Estava mais preocupada em frear o consumo.

Outro fator a ser considerado após a implementação do Plano Real é a valorização cambial. O fortalecimento da moeda doméstica, equiparada a moeda americana, e a redução das tarifas alfandegárias favoreceram a expansão do consumo de importações e prejudicaram a competitividade dos produtos nacionais. Com isso, os bancos ficaram mais vulneráveis à inadimplência de empresas que tomaram empréstimos para investir e não viram sua produção realizada no mercado.

A demanda por importação triplicou no período inicial do Plano causando um aumento no déficit comercial, já que as exportações tiveram uma queda causada pelo encarecimento dos produtos brasileiros frente ao mercado internacional. Esse déficit foi inicialmente coberto pelas entradas de capital estrangeiro.

Em 1994, ocorre uma crise na economia mexicana trazendo diversas conseqüências aos países em desenvolvimento. O governo tentando manter o nível de estabilização e a moeda forte, que vigorava antes do choque, estabelece uma taxa de câmbio fixa. Com o Real valorizado, as exportações perdem competitividade e as importações aumentam, provocando uma crise no Balanço de Pagamentos, fato que já vinha ocorrendo antes mesmo da crise mexicana.

Porém, para garantir que os investimentos externos continuassem no país, dada a sobrevalorização cambial, o governo eleva as taxas de juros, dificultando o empréstimo para investimentos nacionais. Isso enfraquece os bancos que devem pagar altas taxas de juros mas não encontram demanda para os recursos captados que possuem.

Apesar dos problemas, o Real foi defendido com o aumento das taxas de juros. Outro fator foi a adoção de medidas anti-consumo adotadas para evitar a volta da inflação. Com isso, as empresas ficaram em difícil situação, bem como, os consumidores, que também demandavam empréstimos, seja junto a bancos, seja pela financeira da própria empresa em que compravam. Isso gerou um elevado índice de inadimplência e para dificultar ainda mais a posição das empresas, o crédito foi cortado, ou seja, o refinanciamento tornou-se escasso.

Quando as empresas não conseguem capital junto ao sistema bancário, elas recorrem ao mercado de capitais, lançando ou vendendo a terceiros parte da empresa ou títulos que garantem ao portador parte nos rendimentos do exercício da empresa mas que não dão direito ao voto. Com a venda de ações no mercado financeiro, a empresa capta recursos para garantir os investimentos e pagar seus empréstimos. Porém, houve um declínio na produção, causando a falência de muitas empresas. Algumas instituições financeiras passaram por maus momentos ao buscarem novas fontes de renda através de contratos de risco, emprestando recursos a empresas com baixa capacidade de pagamento que acabaram falindo e não honraram seus compromissos. Contudo, houve um processo de desintermediação que acabou por agravar a crise bancária tendo em vista a preferência pelo mercado de capitais em detrimento ao mercado de crédito.

As crises no sistema bancário existem desde que os primeiros bancos surgiram devido a sua natureza vulnerável relacionada aos riscos de sua atividade, principalmente por administrar recursos de outras pessoas.

Os bancos estão sujeitos a crise porque são instituições endividadas que dependem da confiança do público pois trabalham com intermediação financeira e com o financiamento

da economia. Uma vez instaurada a crise, será necessário um grande volume de recursos para sua solvência afetando a economia através do crédito, dos juros e assim, dos investimentos e do nível de atividade econômica, que é o que podemos constatar no caso do Brasil.

As crises são causadas por diversos fatores micro ou macroeconômicos. No plano micro, o passivos dos bancos pode estar muito elevado ou os ativos podem ser de má qualidade. Outro aspecto muito importante é a administração da instituição. Segundo CORAZZA (2000), geralmente, os dirigentes autorizam a maquiagem das contas para burlar a supervisão, acabando por trazer prejuízos ao próprio banco. No campo macro, as crises podem ocorrer em ambientes de instabilidade ou durante uma estabilidade forçada.

São efeitos da desintermediação bancária o abandono do crédito bancário e do atendimento das necessidades de financiamento por parte das empresas não-financeiras mais fortes, que buscam se autofinanciar através do mercado de capitais, a procura pelos fundos de investimentos, mais rentáveis que a poupança, por exemplo, e a redução do *spread* creditício em função do aumento do crédito para operações especulativas.

Segundo BARROS e LOYOLA (1998), a expansão das operações de créditos lastreadas pelo crescimento dos depósitos bancários foi a forma encontrada pelos bancos para compensar a perda de receita inflacionária. Os depósitos a vista mostraram um crescimento de 165,4% nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo, quase 40%.

O Bacen aumentou as alíquotas de recolhimento compulsório que, no caso dos depósitos a vista passou de 48% para 100%, da poupança passou de 10% para 30%, e instituiu uma alíquota de 30% sobre o saldo dos depósitos a prazo. Isso para restringir o montante de dinheiro escritural em circulação e diminuir o crédito, tendo em vista a crescente inadimplência do período.

Dados do Boletim do Banco Central, mostram que a partir de janeiro de 95 os empréstimos em atraso e em liquidação no Sistema Financeiro cresceram assustadoramente chegando em agosto de 96 a atingir 16% dos empréstimos totais. Esse aumento colaborou para a deterioração da qualidade dos ativos das instituições vulneráveis.

3.3. A Reestruturação

Para contornar a crise, provocada pelo aumento da taxa de juros e do compulsório, que diminuíram a capacidade dos bancos de fornecer crédito, o sistema bancário teve que passar por um processo de reestruturação. Esse processo, segundo BARROS e LOYOLA (1998), pode ser dividido em três fases a seguir.

A primeira fase é caracterizada pela diminuição de bancos na economia, decorrente da liquidação, incorporação, fusão e transferência de controle acionário de várias instituições bancárias; e pela implementação do PROER, juntamente com modificações referentes à legislação e à supervisão bancária. Essa fase inicia com o Plano Real e vai até meados de 1996.

Diante da inadimplência causada pelo afrouxamento da análise do risco e do crescimento dos créditos em liquidação, muitas empresas já fragilizadas pela perda de receitas ficaram em difícil posição dentro do sistema financeiro. Algumas entraram em Regime de Administração Especial Temporária (RAET) chegando a serem liquidadas. Depois de uma intervenção financeira de seis meses, o Banco Central pode liquidar o banco, mantê-lo sob intervenção por mais seis meses, ou colocá-lo de volta às suas operações normais. Na prática, a intervenção se traduziu em liquidação. Cerca de 25 bancos privados e 1 estatal foram liquidados entre julho de 94 e dezembro de 96.

Outras empresas foram incorporadas a instituições mais sólidas. O governo estabeleceu incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, o que possibilitou à empresa incorporadora contabilizar como perdas os créditos de difícil recuperação, ou seja, os créditos em liquidação foram eliminados do ativo do banco, arcando o setor público com esse ônus.

Além disso, foi aprovado o estatuto e regulamento do Fundo Garantidor de Crédito. Instrumento criado pelo governo para evitar prejuízos aos correntistas de bancos quebrados, era uma espécie de seguro de até R\$20.000 para o total de créditos de cada pessoa. Atualmente as instituições financeiras contribuem mensalmente com 0,025% do total captado nos depósitos à vista, a prazo, caderneta de poupança e operações como letras de câmbio. Toda a arrecadação é aplicada em títulos públicos. No intuito de acabar com essa contribuição, o governo está buscando uma linha de crédito junto ao BIRD, desde que o

dinheiro seja liberado imediatamente quando for necessário. Hoje mais de 200 instituições contribuem para o fundo. O FGC já suportou 15 liquidações (D'AMORIM, 2000).

Outra ferramenta utilizada para garantir o bom andamento do sistema financeiro foram os processos de fusões e transferência de controle acionário. Para isso o governo dificultou a constituição de novas instituições financeiras, incentivando as fusões, incorporações e transferências de controle acionário, aumentando a exigência mínima de capital para constituição de novos bancos e mantendo o limite mínimo nos casos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário.

Buscando garantir a liquidez e a solvência do Sistema Financeiro Nacional, foi instituído o PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional –, em novembro de 1995, através da Resolução 2.208. O principal objetivo era criar uma linha de amparo financeiro para reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições que buscassem a transferência de controle, a modificação do objeto social com fins privativos ou não. Os recursos necessários para essa linha de financiamento provinham dos depósitos compulsórios recolhidos pelas instituições participantes, que ficam temporariamente liberadas da exigência de capital mínimo estipulado pelo Acordo da Basileia², conforme publicação do Banco Mundial. Em outras palavras, O PROER oferecia um sistema de taxas de incentivo e crédito facilitado para encorajar a consolidação rápida do setor bancário. Quem desejasse adquirir um banco, recebia uma linha de crédito suficiente com taxas de juros abaixo do mercado. Era feita uma avaliação através de linhas oficiais do Bacen, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

O resultado dessas medidas podem ser constatados quando verificamos que dos 271 bancos existentes no Brasil no início de 1994, 72 deles já haviam passado por algum processo de ajuste resultante na transferência de controle acionário, intervenção, liquidação ou incorporação por outras instituições até 1999. Isso indica que o Sistema Financeiro tem conseguido se ajustar à estabilização macroeconômica.

A segunda fase é caracterizada pela entrada de bancos estrangeiros e pelo ajuste do sistema financeiro público. Iniciada em meados de 1996.

² Criado em 1975, o Comitê para Práticas de Supervisão e Regulamentação Bancária, conhecido como Acordo da Basileia, cria regras para proteger o sistema financeiro de uma crise global causada pela internacionalização. É editado de forma a enquadrar-se às características de cada país, respeitando as regras de supervisão dos estabelecimentos bancários, com enfoque na liquidez e solvência dos bancos. Permite a troca de informações entre bancos centrais, sobre todas as instituições financeiras sediadas no país, a fim de minimizar os riscos de operações de crédito entre bancos de diferentes países.

No que diz respeito à entrada de bancos estrangeiros, será estudada oportunamente ao longo deste trabalho. Quanto ao ajuste dos bancos públicos cabe mencionar que seu principal problema era o excesso de empregados que pesava na estrutura de custos dessas instituições. No caso dos bancos estatais foi utilizado o Programa de Incentivo para Reestruturação do Sistema Financeiro Público Estatal – PROES –, que tinha como objetivo reduzir o papel do setor público no sistema financeiro através da privatização, extinção ou transformação dos mesmos em agências de desenvolvimento ou instituições não-financeiras. O RAET foi um recurso bastante utilizado sobre os bancos estatais. Os bancos em difícil situação ficavam sob administração do Banco Central durante seis meses a fim de regularizar suas finanças. Depois desse período o Bacen poderia liquidar o banco, mantê-lo sob intervenção por mais seis meses, ou colocá-lo de volta às operações normais.

A reestruturação neste setor se deu através de emissão de títulos públicos federais, possibilitando uma maior captação de recursos. A estrutura jurídica que regulamentava regras de financiamento e execução de garantias de contratos imobiliários foi modificada. No caso dos bancos estaduais que tiveram sua liquidez comprometida pelo agravamento da crise fiscal dos Estados, houve redução da participação pública por meio de privatizações e transformações em agências de fomento.

Exemplo de reestruturação são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O primeiro passou por um processo de recapitalização através da emissão de títulos públicos federais no valor de R\$ 8 bilhões. O grande problema eram os prejuízos causados pelo acúmulo de créditos irrecuperáveis. A Caixa Econômica Federal encontrou-se em perigo devido à falência do Sistema Financeiro da Habitação – antigo BNH. O ajuste ficou por conta de inovações nas regras de financiamentos imobiliários e na criação de um novo sistema que financiasse a construção civil. Um novo Sistema de Financiamento Imobiliário está sendo montado.

A terceira fase é marcada pelas profundas modificações no modelo operacional. Até a implantação do Plano Real, antes da estabilização, os bancos lucravam com o *float* – propiciado pela perda do valor real dos depósitos a vista e pela correção dos depósitos bancários em valores abaixo da inflação –, e com os *spreads* inflacionários. Sem inflação, o lucro do sistema bancário passou a provir da cobrança de taxas e serviços diversos como abertura de contas, manutenção de contas, emissão de segundo talonário de cheques, entre outros; e do chamado *spread* creditício, ou seja, da diferença entre os juros cobrados na

concessão de empréstimos e os pagos a depositantes, da poupança, por exemplo, receita essa remanescente do período inflacionário.

As negociações com o exterior também foram importantes. Com a inadimplência, a queda das receitas com *float* e ainda a exigência de reservas compulsórias, a captação externa e a securitização da dívida foram as formas encontradas para contornar a retenção dos depósitos compulsórios e suprir a demanda por crédito. O lucro vinha do diferencial entre as taxas de captação no exterior e as de aplicações no mercado doméstico. Os bancos brasileiros tomavam empréstimos a taxas mais baixas no exterior e emprestavam no país com taxas mais elevadas.

Diante do exposto, merece menção o cuidado no amparo ao sistema financeiro para que fosse evitado o socorro de bancos sem que ocorresse mudança no controle acionário. Isso porque muitas vezes, a situação de debilidade era causada por má administração e irresponsabilidade, podendo voltar a ocorrer no futuro.

Para evitar o problema, o Banco Central editou em novembro de 1995 a Circular n.º 2.633, autorizando a participação apenas quando houvesse mudança no controle acionário, especificando que mesmo assim a instituição teria obrigações penais e administrativas. Até este momento o Banco Central estava proibido de agir, mesmo de forma preventiva, quando as normas não estivessem sendo cumpridas. Para isso foram tomadas medidas para melhorar a fiscalização bancária como, por exemplo, o aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras, permitindo a exigência de novo aporte de recursos, transferência de controle acionário e reorganização societária junto a instituições com problemas de liquidez; a alteração na legislação no que se refere à abertura de dependências no exterior; a permissão da cobrança de tarifas pela prestação de serviços; e a criação de Central de Risco de Crédito para avaliação da situação dos clientes da instituição. Além disso, foi instituída a responsabilidade da auditoria contábil em caso de irregularidade. Isso porque na maioria dos casos o balanço da instituição era maquiada para não revelar os possíveis problemas enfrentados pela mesma ou para burlar a supervisão. Dessa forma, caso os balanços fossem adulterados, a responsabilidade recairia sobre os auditores fiscais independentes.

3.4. Tendências

A implantação do Plano Real, em 1994, acabou com a euforia dos bancos que lucravam com as altas taxas de inflação. A estabilização da economia forçou um processo de reestruturação por parte das instituições bancárias que foram obrigadas a se adaptarem ao fim dos lucros inflacionários. Para se manterem em funcionamento, muitos tiveram que recorrer a parcerias, fundindo-se com outras empresas também em difícil situação. O ponto negativo da reestruturação foi a cobrança de serviços, já iniciada com o Plano Cruzado e enfatizada no Plano Real. Por outro lado, diante da fragilização das instituições nacionais, os bancos estrangeiros ganharam vida, reforçando o Sistema Financeiro Nacional e provocando uma maior competição no mercado brasileiro, além de salvar diversas empresas brasileiras que beiravam a falência.

Diante de uma concorrência cada vez maior entre as instituições financeiras, houve um processo de concentração bancária muito grande onde as pequenas empresas mais vulneráveis foram “engolidas” pelas mais sólidas ou buscaram parcerias.

De acordo com o Banco Central, o país possuía em 1964, 312 bancos privados, sendo 304 nacionais e apenas 8 estrangeiros. Em 1987, este número havia caído para 74, sendo que 56 eram nacionais e 18 estrangeiros. Em 1997, haviam no país 193 bancos privados, sendo 148 nacionais e 45 estrangeiros. Se levar-se em consideração a concentração por depósitos bancários, verifica-se que em 1966, 91 instituições privadas detinham 95% dos depósitos, enquanto que em 1991, esse número cai para apenas 44. Pela observação dos indicadores constata-se um avanço da entrada de bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional.

Num contexto de fragilidade econômica do sistema bancário, como visto até aqui, o governo decidiu que é do interesse do país a entrada de instituições estrangeiras, pois o capital financeiro externo permite a solução de deficiências do mercado doméstico, através da concorrência. A partir de 1995, os bancos estrangeiros são autorizados a instalar-se no país, e progressivamente vão dando novo aspecto ao Sistema Financeiro Nacional. Os bancos estrangeiros eram apenas um segmento do setor bancário, mas que cresceu muito, passando a se destacar durante 95-97. Os grupos financeiros estrangeiros eram permitidos entrar no país apenas associados à venda de bancos nacionais existentes. Qualquer banco estrangeiro podia tomar conta de bancos domésticos existentes ou se associar à grupos financeiros brasileiros. A

partir de 1998 os bancos estrangeiros invadiram o país. Como estas instituições ingressaram e como atuam no Brasil é assunto para a seqüência deste trabalho.

CAPÍTULO IV

4. A ATUAÇÃO DOS BANCOS ESTRANGEIROS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

4.1. Aspectos Positivos da Entrada de Instituições Estrangeiras

Observa-se, desde o início da década de 90, uma entrada gradual de instituições estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional, com elevação acentuada nos últimos anos.

O aspecto mais importante da presença de bancos estrangeiros no País é a concorrência com as instituições domésticas. Essa concorrência é benéfica para o Sistema por diversas razões.

O primeiro motivo a ser destacado quanto aos benefícios da concorrência provocada pelos bancos estrangeiros presentes no Brasil é que ela é mais sofisticada pois estes bancos possuem uma vasta experiência nos mercados financeiros do mundo todo. Assim, a concorrência não se daria apenas por preço ou, em outras palavras, pela diferença de taxas pagas e cobradas nos serviços bancários, embora esse seja um ponto relevante a ser discutido posteriormente. A competição se dá também, e principalmente, por produtos diferenciados. Isso só é possível pelo *know-how* das empresas estrangeiras, como aponta FREITAS (1999).

O segundo motivo é a maior capacidade de administrar recursos. Muitas instituições financeiras domésticas, atuam no país de forma arbitrária, sem uma administração de recursos apreciável. Exemplo disso foram as falências ocorridas no início do Plano Real, quando diversas empresas financeiras não conseguiram manter suas atividades devido a queda da inflação e assim das receitas advindas desta. Com a entrada de instituições estrangeiras, essa administração seria aprimorada a fim de se obter uma maior vantagem competitiva, melhorando principalmente a atuação das instituições nacionais. Além disso, dependendo do país de origem dessas instituições, pode-se contar também com toda uma tradição na administração de recursos.

Um terceiro motivo diz respeito a capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias de gerenciamento de recursos e de inovação de produtos e serviços. Devido ao grande esforço tecnológico desenvolvido principalmente em seu país de origem, as instituições estrangeiras possuem maior capacidade de inovar, ocasionada pelo aprimoramento de suas técnicas e de sua forma de atuar ao longo dos anos, colocando à disposição do público, os serviços de que mais necessitam. Produtos novos, que se identificam com o cliente, e confiança no gerenciamento desses produtos, levam a ganhos econômicos e, uma alocação mais eficiente de recursos.

Um quarto motivo leva ao fator preço. O Brasil ainda é muito imaturo em se tratando de intermediação financeira. Os grandes capitais são levados para fora do país em busca de melhor remuneração ou até mesmo, para burlar o fisco. Dessa forma, os bancos devem inverter todos os seus recursos para garantir a liquidez e a solvência do sistema, não havendo recursos suficientes para serem aplicados em tecnologia, salvo os grandes bancos privados. Além disso, a própria estrutura da indústria brasileira mostra um descaso em termos de aplicação de recursos, inversão de lucros em Ciência e Tecnologia ou Pesquisa e Desenvolvimento (SUZIGAN, 1990). Se investimentos fossem feitos nessa área, seria possível reduzir a margem de intermediação e, conseqüentemente, reduzir o custo ao tomador de crédito e aumentar a remuneração do poupador, tornando as instituições domésticas mais competitivas. Dessa forma, a presença de bancos estrangeiros traria para o país capital necessário para dar continuidade ao processo de atualização tecnológica, tendo em vista que isso já é feito em seu país de origem, na sua grande maioria. Assim, a presença de bancos estrangeiros, mais aptos tecnologicamente, é uma boa alternativa para os usuários dos serviços bancários, ao reduzirem tarifas e elevarem a remuneração.

Outro motivo não menos importante trata da qualidade dos serviços prestados pelas instituições estrangeiras. Segundo FREITAS (1999), os serviços prestados por estas instituições são melhores que os prestados por instituições domésticas, mas a abertura do capital financeiro ao capital externo não se traduz em melhoria da qualidade dos serviços bancários prestados à população em geral e sim, às grandes empresas e aos segmentos de renda elevada, uma vez que têm condições de negociar tarifas e comissões e exigir tratamento diferenciado. A grande maioria que demanda produtos financeiros mais simples dificilmente conseguirá escapar de longas filas e altas tarifas. Isso pode ser constatado mais pelo nível de treinamento e profissionalismo dos funcionários das agências do que pela origem da instituição. Mesmo assim, para poderem ganhar mercado, as instituições estrangeiras

procuraram agradar os clientes potenciais. Essas instituições tinham que criar um atrativo à população brasileira, e seguindo padrões contemporâneos, a nível mundial, investiram em Recursos Humanos.

Um último ponto que trata da concorrência é a maior capacidade financeira das instituições estrangeiras e sua maior eficiência em operar recursos. Como as instituições estrangeiras têm sede em países do mundo todo, e já estabelecem um contato mais direto com esses países, torna-se mais fácil obter recursos de fora, a taxas mais competitivas, obrigando os bancos nacionais a se adaptarem a essas taxas.

Além da concorrência, a possibilidade de concessão de crédito a longo prazo apresenta-se como mais um aspecto favorável a entrada de bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional. Os bancos nacionais estão acostumados a fornecer crédito a curto prazo para o público em geral, e crédito a médio prazo, para investimentos ou ampliação destes. O controle de risco é o principal problema das instituições nacionais que não possuem recursos para estimá-lo. Novamente voltamos ao exemplo do Plano Real, onde em seu período inicial a inadimplência imperou, causada principalmente pelo excesso de crédito sem controle de risco. É muito interessante para o Brasil se o crédito a longo prazo se fizer presente para estimular novos investimentos buscando o crescimento da economia como um todo.

Para finalizar o rol de aspectos positivos, tendo em vista o forte contato das instituições estrangeiras com seu país de origem, é mais fácil estimular empresários forâneos a investir diretamente no Brasil. Isso é muito proveitoso para essas instituições pois ganhariam novos clientes, de primeira linha. Para o Brasil, a vantagem fica por conta da Balança de Pagamentos, tanto no aspecto de entrada de capital como no aumento das reservas internacionais. O fortalecimento das relações internacionais é de extrema importância para qualquer país.

A ampliação da presença estrangeira no Brasil pode ser considerada positiva, no que se refere tanto à melhoria na qualidade dos serviços e ao aporte de novas tecnologias, como à redução dos *spreads* e a maior eficiência operacional, embora alguns autores argumentem o contrário. A qualidade dos serviços pode ser uma estratégia não somente utilizada pelos bancos estrangeiros mas um diferencial escolhido pelas próprias instituições nacionais, para poderem obter competitividade.

A entrada e a ampliação da participação do capital estrangeiro aumentam a solidez patrimonial do sistema bancário brasileiro. Instituições mais fortes têm maior capacidade de

absorção dos choques macroeconômicos, reduzindo, assim, a possibilidade de crise sistêmica. A motivação básica é a possibilidade de ganhos expressivos. A entrada promove a redefinição das estratégias de concorrência adotadas pelas instituições já presentes no mercado, buscando defender seus espaços de atuação.

4.2. Aspectos Negativos da Entrada de Instituições Estrangeiras

A decisão do governo Fernando Henrique Cardoso de promover a abertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro não provocou de imediato manifestações de desagrado da parte dos banqueiros nacionais no Brasil. Embora isso signifique um aumento da competição no setor, as grandes instituições brasileiras apresentam paridade com os grupos estrangeiros.

O principal problema ou ponto negativo da entrada dos bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional diz respeito à Balança de Pagamentos. Essa entrada, seja mediante novas instalações, seja através de fusões e aquisições, ocasiona um crédito na conta Investimentos Estrangeiros e aumenta as reservas internacionais brasileiras. Isso, a curto prazo, significa um aspecto positivo à penetração de bancos de fora. Porém, a longo prazo, quando as instituições estrangeiras começam a auferir lucros, estes serão enviados ao exterior, ocasionando um débito na conta Lucros, da Balança de Pagamentos, e diminuindo as reservas internacionais. O ponto a ser destacado é que a partir do momento que as instituições estrangeiras começarem a lucrar, os recursos irão apenas sair do país, ou seja, haverá uma fuga crescente de capitais, colocando as finanças brasileiras em difícil situação.

Outro aspecto que pode ser apontado como negativo é a possível vulnerabilidade do Real, ou seja, os bancos estrangeiros podem usar o seu *funding* captado em Reais para comprar dólares junto ao Banco Central, apostando contra a moeda nacional. Porém, a maior presença estrangeira no sistema financeiro nacional pode não representar uma ameaça ao Real. A dependência do capital externo, sob a forma de investimento de portfólio no mercado doméstico, bem como de emissão de títulos no mercado internacional, é o que torna a economia brasileira vulnerável a potenciais ataques especulativos dos investidores internacionais. Os bancos estrangeiros tanto podem remeter recursos ao exterior, criando ou agravando uma situação cambial, quanto podem trazer recursos do exterior para fortalecer uma posição local e sustentar o Real. O que pode impedir a participação dos bancos

brasileiros em um eventual ataque especulativo contra o Real é muito mais a existência de interdições legais à concessão de crédito em moeda doméstica a não residentes do que um comprometimento com residentes.

Mesmo assim, há uma preocupação muito grande em relação ao comportamento dos bancos estrangeiros em comparação à economia brasileira. A base da argumentação de alguns banqueiros, segundo o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO (2000), é que o comportamento dos bancos estrangeiros pode ser diferente do comportamento dos bancos nacionais. Comportamento pior, ressaltam. Nos momentos de crise, os bancos estrangeiros estariam mais propensos a atitudes desestabilizadoras, como apostar contra o País, livrar-se de Reais e remeter dólares ao exterior, recusar-se a financiar a dívida pública. Segundo esse jornal, a essência do argumento é que um banco controlado por brasileiros levaria em conta, nos seus negócios, os grandes interesses nacionais, ao contrário do que fariam os bancos estrangeiros. Infelizmente isso não acontece, como pôde ser constatado em 1999, quando, tanto os bancos estrangeiros, quanto os nacionais ganharam muito dinheiro com a desvalorização do Real. Todos venderam Reais e compraram dólares. Protegeram o seu capital e o de seus clientes. Além disso, o Sistema Financeiro já foi inteiramente fechado aos estrangeiros e não se tem notícias de que tal sistema tenha produzido efeitos estabilizadores. Pelo contrário, nesse período, os bancos nacionais estavam tecnologicamente atrasados, cobravam caro e muitos quebraram, com reflexos negativos sobre a economia.

Um terceiro fator negativo a entrada dos bancos estrangeiros no Brasil é a possível perda de poder de atuação do Banco Central. FREITAS (1999) argumenta que o Banco Central perderia crédito diante da vulnerabilidade da moeda nacional e da expansão de instituições estrangeiras pois seria acusado de promover os interesses das instituições forâneas em detrimento dos interesses nacionais.

Além disso, o Banco Central teria menos controle sobre o *funding* dos bancos estrangeiros, o que admite que não haveria nenhum tipo de fiscalização ou regulamentação sobre as instituições estrangeiras instaladas no Brasil, e que todos os recursos captados aqui seriam enviados pra fora, em sua sede, o que não traria vantagem nenhum ao Brasil a sua permanência aqui.

Outro ponto negativo trata da menor eficácia dos controles sobre os capitais externos. Mesmo com a fiscalização e com a regulamentação das instituições estrangeiras, os capitais externos não teriam o mesmo tratamento que os capitais nacionais recebem, desvalorizando os investimentos domésticos.

Deve-se deixar claro que, as instituições estrangeiras atuam no país cumprindo as mesmas exigências e normas que vigoram para os bancos domésticos e estão sujeitas as mesmas regras de depósito compulsório, capital mínimo, alavancagem e condições de repasse dos recursos externos, dessa forma não haveria controle diferenciado de capitais.

Por fim, argumenta-se também que a decisão de alocação da poupança seria tomada no exterior, ou seja, a poupança captada aqui seria destinada a projetos estipulados pela matriz dos bancos estrangeiros, sem priorizar os investimentos no Brasil, o que prejudicaria o crescimento da economia ao captar recursos nacionais e investí-los em projetos externos. Cabe destacar aqui que, já que não são permitidos depósitos bancários em moeda estrangeira, os bancos estrangeiros precisam de moeda local para liquidar suas transações. Assim, os recursos aqui captados não iriam para o exterior, mas ficariam aqui para honrar as responsabilidades.

Finalmente, outro aspecto negativo à penetração de instituições estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional é a possível perda de soberania nacional ou a desnacionalização do Sistema, tornando-o vulnerável a especulação externa, sem uma preocupação com os interesses brasileiros. O argumento de FREITAS (1999) é que nenhum país desenvolvido permite que seus maiores bancos sejam comprados por estrangeiros. Porém, quando o governo não consegue mais financiar programas de saneamento para bancos nacionais em dificuldades, a única alternativa é a venda para instituições de fora. É preferível um Sistema Financeiro desnacionalizado do que uma crise sistêmica.

Segundo observações do professor Rogério Furquim Werneck ao jornal O ESTADO DE SÃO PAULO:

“É no mínimo prematuro, e certamente subjetivo, o diagnóstico de que não há mais espaço para ampliação do capital estrangeiro no setor. As maiores instituições financeiras do país são de capital nacional e ainda estamos longe da desnacionalização extrema ocorrida no Uruguai e na Argentina, ao contrário do que vem sendo sugerido. Ademais, o governo dispõe de instrumentos regulatórios eficazes para conter a participação estrangeira no setor se este afinal se fizer necessário”.

4.3. Efeitos da Presença Estrangeira na Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional

Os bancos são instituições ativas que definem suas estratégias de ação com o propósito de ampliar suas vantagens em relação a seus concorrentes. No quadro atual de adaptação ao novo ambiente macroeconômico de baixa inflação, as instituições mais frágeis estão sucumbindo às pressões de seus rivais e tornando-se objeto de disputa entre as instituições mais agressivas, que pretendem ampliar suas bases de atuação.

A abertura do sistema financeiro brasileiro está fazendo com que não apenas os bancos nacionais, mas também os bancos estrangeiros presentes no país revejam suas estratégias concorrenciais. A entrada de novos concorrentes e a ampliação dos bancos estrangeiros já em atividade estão provocando uma redefinição das estratégias concorrenciais dos grandes bancos varejistas e, também, dos bancos que atuam no mercado de atacado, realizando operações com as multinacionais e as grandes empresas nacionais exportadoras. Estes últimos, em particular o segmento de banco de investimento, está cada vez mais dominado por bancos globais. Os bancos brasileiros devem associar-se a bancos estrangeiros para não serem expulsos do mercado, ou então, para oferecer serviços especializados para seus clientes.

MOREIRA (1997) relata um estudo do secretariado da Organização Mundial de Comércio (OMC), que engajou-se em 97 na tentativa de fazer os 131 membros chegarem a acordo para liberalizar os serviços financeiros, concluiu que a liberalização dos serviços financeiros, derrubando as barreiras para a entrada de bancos, seguradoras e corretoras, ajuda as economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem comprometer o direito de cada governo de regulamentar seu mercado.

O estudo que a OMC divulgou mostra que instabilidade macroeconômica e regulamentação e supervisão inadequadas podem destruir os benefícios da liberalização. Ao mesmo tempo, a abertura dos serviços financeiros pode em certas circunstâncias agravar dificuldades financeiras já existentes. Nota que não há estratégia de liberalização universalmente aplicável, e que a questão crucial é como a liberalização e as reformas que a acompanham poderão ser realizadas para maximizar os benefícios.

O estudo estimou que a liberalização dos serviços financeiros pode ter efeitos positivos fortíssimos na renda e no crescimento.

Países com setor financeiro aberto teriam crescimento mais rápido que aqueles com regimes fechados.

A Unctad, agência das Nações Unidas que se ocupa do desenvolvimento através do comércio e do desenvolvimento, estima que a liberalização dos serviços financeiros é o elemento que falta na estratégia de certos países industrializados, para depois propor um acordo multilateral sobre o comércio eletrônico, visto como a principal via de comércio na próxima década (MOREIRA, 1997).

O sistema financeiro brasileiro apresenta forte potencial de crescimento tanto no que se refere à intermediação financeira tradicional, dado que os bancos que operam no mercado de crédito partem de uma situação de baixa alavancagem, quanto na oferta de serviços bancários tais como administração de portfólio, custódia e emissão de títulos. Existe igualmente a tendência de que a busca de novas estratégias e 'nichos' de mercado se intensifique à medida que se consolidem as expectativas de uma estabilização durável e irreversível da economia brasileira. Nesse quadro, a participação estrangeira no sistema financeiro também deverá continuar aumentando, em virtude do potencial de crescimento e lucratividade que o sistema financeiro doméstico oferece (FREITAS, 1999).

Segundo pesquisa do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO (1997), os bancos estrangeiros cobram tarifas bancárias na média 40% mais baixas que as instituições nacionais privadas e 70% menores que as estatais. Esse levantamento foi feito com base em uma cesta de tarifas escolhidas da relação oferecida pelo Banco Central (com dados atualizados até o fim de setembro de 1997) de 240 instituições e mostrou que, em geral, os clientes brasileiros - pessoas físicas ou jurídicas - pagam mais para serem servidos pelos bancos públicos estaduais e, em seguida, pelos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

O jornal selecionou 12 tarifas de serviços para pessoas físicas e outras 13 para jurídicas, como ficha cadastral, talão de cheques, DOC, ordem de pagamento e exclusão do cadastro de cheques sem fundo. No caso das pessoas físicas, a média cobrada pelos bancos de capital externo ficou 33% abaixo da média de todo o setor no País - R\$ 54,73 ante R\$ 73,30. No caso das pessoas jurídicas, os estrangeiros também têm serviços mais baratos, com preços 53% inferiores aos da média das instituições que operam no País.

Até final de 2000, essa diferença já era mais amena, com uma certa vantagem dos bancos federais, que reduziram suas tarifas, em relação aos demais.

De acordo com CAMPOS (1997), os dados do Banco Central não dão um retrato exato do mapa de tarifas dos bancos. Não são apontados os serviços mais utilizados, para ponderá-los pelo porte do banco e sua penetração no mercado e, assim, permitir o conhecimento direto dos preços que a maioria dos brasileiros paga quando se torna cliente de uma instituição. Não captam a prática usual de redução gradual dos serviços ou concessão da gratuidade de acordo com o volume de investimentos realizados pelos clientes. Quando compara preços de serviços banco a banco, apresenta o valor máximo, que não é necessariamente o cobrado da maioria dos usuários. Com essas ressalvas, a média dos preços pode ser um indicador razoável dos custos médios pagos pelos clientes. Na comparação com bancos estaduais, os estrangeiros cobram quase a metade por um talão de cheques. Uma ordem de pagamento em uma instituição privada nacional custa 30% menos que na média dos federais.

As instituições externas têm acesso a recursos a custo menor, estrutura mais enxuta e despesas mais baixas, graças a seu porte, organização e presença limitada no País. Por sua estratégia de mercado (atendimento de empresas e público de renda média ou alta) e disposição da rede de agências, sua clientela é selecionada. Logo, o fato de cobrar menos não significa que seria possível aos correntistas simplesmente migrar para eles - os bancos de capital externo, salvo alguns grandes bancos varejistas, não têm a pretensão de atingir o grande público. É por isso que sua vantagem sobre os bancos nacionais privados é ainda maior no relacionamento com as empresas.

Mesmo assim, é necessário que ocorra uma profunda reformulação na política macroeconômica e a definição de uma política financeira que priorize o longo prazo. Só assim surgirão mecanismos para financiar o desenvolvimento no Brasil.

O Sistema Financeiro Nacional nunca se envolveu em operações a longo prazo, pela própria cultura de aversão ao risco e à expectativas de retorno a curto prazo, salvo em operações oficiais de fomento à infra-estrutura. A presença de instituições estrangeiras, já experientes em operações de longo prazo, poderia reanimar os investimentos produtivos no Brasil e até mesmo estimular os bancos nacionais a dar continuidade ao processo de reestruturação tendo como nova meta o crédito a longo prazo. A simples presença estrangeira porém, não significa que empréstimos a longo prazo serão fornecidos indiscriminadamente, mesmo porque estas instituições têm um controle muito grande sobre o risco.

4.4. Interesse Externo no Mercado Brasileiro

Segundo BARROS e LOYOLA (1998), o que pode explicar o forte interesse dos bancos estrangeiros na economia brasileira é o grande potencial de crescimento da atividade bancária no Brasil, não presente mais nos países desenvolvidos, onde o processo de desintermediação financeira tem crescido substancialmente.

A desintermediação vem ocorrendo devido ao crescente desenvolvimento do mercado de capitais. Os agentes econômicos deficitários estão recorrendo mais à emissão de títulos da sua empresa do que a empréstimos junto ao mercado de crédito e conseqüentemente à intermediação bancária. No Brasil, esse processo ainda é lento tendo em vista um nível prematuro, porém com boas perspectivas, do mercado de capitais, ainda jovem no país. Outro fator, é que os clientes superavitários nos países desenvolvidos estão preferindo investir seus recursos em aplicações mais rentáveis, migrando da poupança, junto a uma rede bancária, para investimentos ousados com a compra de ações

Outro argumento para a invasão do capital estrangeiro é a estabilidade econômica e política vivida pelo País. O aumento do consumo tem provocado, cada vez mais, o desembarque das multinacionais no Brasil.

A estabilidade monetária, vem atraindo grandes instituições, que disputam com muita ansiedade uma fatia do mercado brasileiro.

A cada dia, o controle acionário de mais instituições troca de mãos, com o objetivo não só de atuar na área de crédito ao consumidor, mas principalmente junto a empresas em expansão.

A queda da inflação permitiu o acesso de mais gente ao mercado financeiro através de conta em banco, cartões de crédito e até participação na Bolsa de Valores. O aumento da renda, fez com que um número maior de brasileiros ingressasse no mercado de capitais.

Sendo assim, executivos do mundo todo viram na América Latina, em especial no Brasil, uma das regiões de maior potencial de crescimento, uma boa oportunidade de investimentos mais agressivos. Quem chegar primeiro, "*fica com a maior fatia do bolo*".

Para MOLLO (1994), a internacionalização se dá pela busca de posições competitivas, gerando inovações financeiras decorrentes de pressões de demanda e do

interesse dos agentes ofertantes em ampliar os lucros pelo fornecimento de alternativas em termos de produtos financeiros e em fugir das ações restritivas das autoridades monetárias.

Na opinião de TONETO (1995), a confiança dos investidores nos países da América Latina, em resposta a políticas de estabilização adotadas, com ajuste econômico na esfera fiscal, abertura da economia, redução do papel do Estado e tratamento especial ao capital estrangeiro, são os motivos do interesse das instituições estrangeiras no sistema financeiro brasileiro.

Os bancos estão a procura de novas oportunidades para investir seus recursos e as instituições bancárias de países emergentes são uma forte atração a esses recursos pela possibilidade de alta rentabilidade em curto espaço de tempo.

Segundo Dany Rappaport, economista do banco Santander, quando entrevistado pelo jornal GAZETA MERCANTIL (1997), "Os bancos que estão chegando não têm grandes chances de expansão nos seus países de origem, por isso buscam mercados menos saturados". Os bancos espanhóis têm bastante interesse no Brasil.

As instituições brasileiras começaram a reagir à possibilidade de perda de mercado. Muito se especula a respeito de negociações entre empresas de pequeno e médio porte. "Os médios estão afoitos para sair do mercado. Quem quiser continuar tem de aumentar seu volume de ativos e montar uma estrutura internacional", é o comentário de Rappaport.

Em entrevista ao jornal O ESTADO DE SÃO PAULO (1998), sócio-diretor da KPMG Márcio Lutterbach, disse que as operações que envolveram empresas estrangeiras no Brasil têm um valor muito alto. Um exemplo do mercado financeiro, o segundo setor de maior movimentação depois do Plano Real, tirando a compra do BCN pelo Bradesco, em 97, numa transação que envolveu uma cifra de mais de US\$ 1 bilhão, não houve mais nenhum negócio de porte. Em compensação, o capital estrangeiro desembolsou o dinheiro necessário para ganhar posições no setor bancário nacional. Só nas transações do mercado financeiro envolvendo Crédit Suisse First Bank Boston (incorporando o Garantia), Santander (Noroeste), Bilbao Vizcaya (Excel Econômico), Caixa Geral de Depósitos (Bandeirantes), os bancos estrangeiros desembolsaram mais de US\$ 2,5 bilhões. Além disso, outros grandes negócios foram fechados até o final de 99, como a compra do Bamerindus pelo grupo inglês HSBC, do

Banco Real, pelo holandês ABN AMRO, do América do Sul, pelo italiano Sudameris e, por fim, do Meridional pelo Santander³.

Segundo COELHO (1998), nos quatro anos de Plano Real, o mercado financeiro promoveu 105 aquisições. Desse total, as instituições financeiras nacionais absorveram 53 negócios, os estrangeiros ficaram com outras 52 transações. O auge da movimentação foi em 97, quando se realizaram 26 negócios. Nem sempre há uma divisão igualitária de transações entre os capital nacional e estrangeiro. No primeiro semestre, das 12 transações no setor, os bancos multinacionais fizeram nove operações, enquanto outras três foram realizadas por banqueiros nacionais.

Em suma, a saturação do mercado internacional e o crescente processo de desintermediação financeira vivido pelos países desenvolvidos têm levado os grandes grupos financeiros a investirem no Brasil. Esse processo é ocasionado basicamente pela evolução do mercado de capitais nesses países, significando um abandono das operações de empréstimos por parte das empresas, que passam a se auto-financiar através da colocação de títulos nas Bolsas de Valores. O objetivo é buscar novas oportunidades de reprodução de capital, propiciada principalmente pela confiança dos investidores dado o nível de estabilidade econômica alcançada pelo País. Além disso, o mercado de capitais brasileiro é pouco desenvolvido. As empresas em sua grande maioria recorrem aos bancos em busca de empréstimos quando encontram-se fragilizadas, resultando na manutenção da atividade bancária no Brasil.

4.5. A Legislação Brasileira

Até o início dos anos 60, do ponto de vista legal, os bancos estrangeiros tinham livre acesso ao sistema financeiro brasileiro. De acordo com a Lei n.º 4.131/62, os bancos estrangeiros, autorizados a funcionar no Brasil, recebiam as mesmas vedações ou restrições que os bancos nacionais recebiam em sua sede, ou seja, se houvesse aqui um banco alemão, este seria regulado com a mesma legislação que regulava um banco brasileiro presente na Alemanha. Se, por exemplo, a Alemanha apresentasse restrições à instalação de bancos brasileiros em seu território, o Brasil permitiria a entrada de instituições provenientes desse

³ Não foi considerada a recente aquisição do Banespa.

país, porém, ficando vedada a aquisição de mais de 30% (trinta por cento) das ações com direito a voto, de bancos nacionais.

Mais tarde, com a reforma de 1965-66, a entrada de capital estrangeiro passou a ser limitada pelas autoridades monetárias. Embora a legislação não possuísse regras formais, o investidor estrangeiro só poderia entrar no país via participação acionária minoritária em bancos de investimentos e em empresas de *leasing*. Quanto aos bancos comerciais estrangeiros, é aplicado o princípio de reciprocidade, ou seja, apenas os bancos que permitiam a entrada de instituições brasileiras poderiam se instalar no Brasil.

Com a Constituição de 1988, a entrada de capital estrangeiro foi proibida. Mais tarde, o artigo 192, que dispunha sobre esta proibição, foi modificado através de uma disposição constitucional transitória, visando adequar o sistema financeiro nacional ao mercado externo, globalizado e altamente especulativo. O artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias possibilitou o acesso das instituições financeiras estrangeiras ao mercado doméstico, através de autorizações resultantes dos acordos internacionais, do princípio de reciprocidade e dos casos que o governo julgue necessário.

Em 1995, num contexto de fragilidade do sistema bancário, o governo decidiu que é do interesse do país a entrada de instituições estrangeiras, pois o capital financeiro externo permite, pelo acirramento da concorrência, o equacionamento das principais deficiências do mercado financeiro doméstico, isto é, concentração em operações de curto prazo, *spreads* bancários e custos operacionais elevados diante dos padrões internacionais, ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo, mercado de capitais pouco desenvolvido, com concentração excessiva em poucas empresas, em sua maioria estatais, e, comparativamente, pequena participação de investidores institucionais (FREITAS, 1999).

Buscando favorecer a entrada de capitais externos no sistema financeiro nacional, a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro do exigido a um banco nacional, foi eliminado. Essa exigência constava do que foi chamado Acordo da Basileia. Foram criados novos valores mínimos de capital para os bancos. Em 1997, o Comitê, lançou 25 princípios básicos a serem observados pelos países que seguem suas regras. Neste texto, consta um item que trata especificamente sobre a exigência e a regulamentação para adequação de capital.

A presença estrangeira no sistema financeiro nacional é definida pela estabilização econômica e pelo potencial de negócios vultosos. Porém, essa presença só é

viabilizada pela legislação vigente. Assim, a internacionalização recente do sistema financeiro nacional é explicada pela utilização do previsto no artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, que alimentou o anseio das instituições financeiras estrangeiras por ingressar no mercado financeiro brasileiro. A entrada de capital estrangeiro no setor necessita de autorização prévia da presidência da República (FREITAS,1999).

Poucos foram os anteprojetos que trataram da entrada do capital estrangeiro de forma clara e articulada .

O aumento da participação estrangeira no país tem ocorrido por meio da aquisição dos bancos que sofreram intervenção do Banco Central nos últimos anos.

4.6. Como Agem os Bancos Estrangeiros

Os bancos estrangeiros atuam no Brasil adquirindo empresas financeiras domésticas em dificuldades ou não. Podem também fundir-se a outras empresas formando ou ampliando um conglomerado financeiro. A implantação de uma nova empresas em território brasileiro pode ocorrer, embora com menos freqüência. Finalmente, um banco estrangeiro pode instalar sucursais ou subsidiárias de sua empresa, no Brasil.

De acordo com dados do Sisbacen, contidos no Boletim do Banco Central na Internet, existem mais de duzentas instituições em atividade no país, número esse, considerado excessivo pelas autoridades governamentais. A solução seria promover fusões e aquisições de bancos vulneráveis por outros aptos a se manterem num ambiente estável, e a privatização de bancos públicos estaduais.

As dificuldades de adequação às exigências de capital previstos no Acordo da Basileia vêm obrigando várias instituições a buscarem novas parcerias. A absorção de outras instituições é uma das armas utilizadas no processo de busca de vantagens competitivas que resultem em maior poder de mercado e em maiores ganhos.

Entre outubro de 1995 e abril de 1998, 24 instituições financeiras estrangeiras foram autorizadas a instalar-se no país, seja mediante aquisição do controle acionário de entidades nacionais, seja mediante constituição de subsidiária ou sucursal bancária ou da implantação de empresas de arrendamento mercantil ou distribuidora de títulos e valores mobiliários.

Em 1997 entraram no país treze novas instituições estrangeiras, entre bancos comerciais, de investimento e financeiras. A maioria deles através da aquisição de participação acionária em instituições domésticas.

Nesse ano, pela primeira vez no Brasil, a falência de uma grande instituição doméstica foi resolvida mediante sua venda a uma entidade estrangeira. O HSBC tornou-se, pela aquisição dos ativos do Bamerindus, o maior banco estrangeiro do sistema financeiro brasileiro, na época, tanto em volume de ativos como em extensão da rede bancária.

Nos quatro primeiros meses de 1998, três novas instituições financeiras foram autorizadas a ingressar no mercado brasileiro através da aquisição de controle acionário de banco privado nacional e uma mediante a instalação de um novo banco. Além disso, a presença estrangeira no sistema financeiro brasileiro tem ocorrido também através da instalação ou aquisição de instituições financeiras não-bancárias.

De março de 1995 a março de 1998, caiu o número de instituições com participação estrangeira e aumentou o número dos bancos nacionais com controle estrangeiro.

A forma preferencial de instalação das instituições que querem testar o mercado é através de escritórios de representação. Até 1999 estavam presentes no país, como escritórios de representação, 177 instituições, originárias de 37 países. Essas instituições podem se beneficiar de negócios rentáveis pois não exige investimento direto de capital e não envolve custos operacionais expressivos, fazendo com que suas atividades possam ser rapidamente encerradas sem perdas significativas, se os ganhos esperados não se concretizarem. Porém, se o potencial de negócios superar as expectativas, a modalidade de escritório de representação pode ser insuficiente, exigindo a instalação efetiva no país, mediante a implantação de sucursal ou subsidiária, ou a aquisição de instituições locais.

Durante o primeiro ano do Plano Real os bancos estrangeiros ganharam posições muito embora tenha havido uma retração na entrada. Os bancos estrangeiros, os com controle e os com participação estrangeira reagiram de forma distinta às alterações nas condições econômicas. As sucursais dos bancos estrangeiros contraíram o crédito. Os bancos nacionais com participação estrangeira ampliaram o crédito num primeiro momento, contraíram em seguida e voltaram a ampliá-lo mais tarde, o mesmo acontecendo com os bancos nacionais com controle estrangeiro. O volume de crédito concedido pelos bancos estrangeiros nos anos de 1995 e 1996 cresceu mais que o concedido pelo sistema financeiro brasileiro.

A desconfiança do público em relação aos bancos nacionais, principalmente os particulares, fizeram com que a captação de depósitos à vista por parte das instituições estrangeiras crescesse. Dados do Banco Central revelam que em 1994, os bancos nacionais detinham 76% de todo o montante, contra 16% dos bancos com controle estrangeiro. Em 1996, esses números passam para 68% e 25%, respectivamente. Em 1999 há quase uma equiparação entre a captação dos bancos nacionais e os estrangeiros. Em termos percentuais, os bancos nacionais eram responsáveis por 45% da captação, enquanto os estrangeiros detinham 39%.

O Banco Central classifica os bancos de origem estrangeira que atuam no Brasil em três categorias, segundo o controle do capital. Bancos estrangeiros são aqueles cujas dependências ou filiais têm sedes no exterior. Só podem atuar no país sob forma de banco comercial, pois a organização bancária múltipla é privativa dos bancos constituídos sob a legislação brasileira. Bancos privados nacionais com controle estrangeiro são aqueles cuja maioria do capital votante pertence, direta ou indiretamente, a instituições bancárias sediadas no exterior. Bancos privados nacionais com participação estrangeira são aqueles em que de 10% a 50% do capital votante pertence, de modo direto ou indireto, a bancos sediados no exterior.

A seguir, tem-se a participação de cada segmento dentro do Sistema Financeiro Nacional.

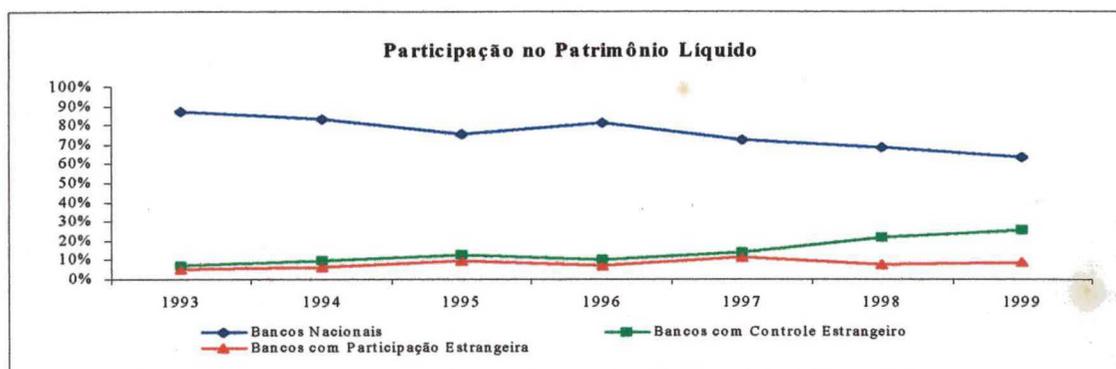
4.7. A Participação das Instituições Estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional

Segundo dados do Boletim do Banco Central do Brasil, desde 93 os bancos nacionais vêm perdendo posições para os bancos com controle ou participação estrangeira.

Como pode ser observado no Gráfico 1, em 1994, com a implantação do Plano Real, os bancos nacionais possuíam 83,46% do patrimônio líquido da área bancária. Na mesma época, os bancos com controle estrangeiro representavam cerca de 9,57% deste item e os com participação estrangeira, alcançavam 6,26%. Em 1999 esses índices apresentaram modificação considerável. Os bancos nacionais declinaram 20% enquanto os com participação estrangeira elevaram esse índice em 3 pontos percentuais. Destaque para os bancos com controle estrangeiro que chegaram a alcançar 25,45%. Um aumento de quase 15 pontos percentuais. Isso significa que em termos de rede de agências, os bancos nacionais

estão perdendo espaço e as instituições controladas por grupos estrangeiros estão invadindo o mercado. Aos poucos, os pequenos bancos mais frágeis vão sendo eliminados ou adquiridos pelo concorrente estrangeiro.

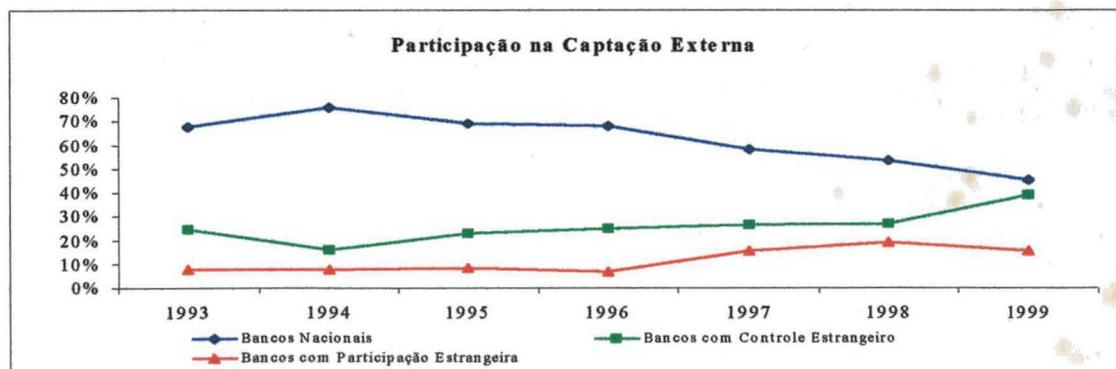
Gráfico 1 – Participação dos Bancos no Patrimônio Líquido da Área Bancária



Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

No que se refere a captação externa, nota-se no Gráfico 2, que o movimento de perda de posição dos bancos nacionais para os estrangeiros, verificado em termos de patrimônio líquido, se repete. Destaque para os bancos com participação estrangeira que praticamente dobram a sua captação. Isso mostra a preferência externa por instituições de renome, com *know how*, que sejam mais confiáveis e mais conhecidos dos investidores estrangeiros. Diante da migração dos investimentos externos de bancos nacionais para os estrangeiros, resta admitir a necessidade de reformulação de propostas dos primeiros a fim de garantir a confiabilidade das instituições domésticas.

Gráfico 2 – Participação dos Bancos na Captação Externa da Área Bancária



Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

Quanto a participação estrangeira nas instituições financeiras brasileiras, verifica-se que, no final de 99, 258 instituições contavam com algum tipo de participação estrangeira. 151 instituições possuíam entre 90 e 100% do capital votante das instituições existentes no país, conforme verificado na Tabela 1. Desse número, destaque para os Bancos Múltiplos, que participavam com 44 empresas e as Sociedades de Arrendamento Mercantil - *Leasing*, com participação em 32 empresas.

Tabela 1 – Participação Estrangeira em Instituições Financeiras no País

Percentual De Participação (Dez 99)	Tipo De Instituição										TOTAL
	Bancos Comerciais	Bancos Múltiplos	Bancos de Investimento	Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Sociedade de Arrendamento Mercantil	Sociedade de Crédito e Financiamento de Investimentos	Sociedade de Crédito Imobiliário	Cooperativas Habitacionais	Filiais	
00 -----20 %	1	13	4	7	11	10	4	1			51
20 -----30 %		4		1	4	2			1		12
30 -----40 %		5	1	2	7	5	3				23
40 -----50 %						1					1
50 -----60 %		4	2	1	1						8
60 -----70 %											0
70 -----80 %		2	1		1	1					5
80 -----90 %		3			1	2	1				7
90 -----100 %	2	44	1	26	25	32	3		3	15	151
TOTAL	3	75	9	37	50	53	11	1	4	15	258

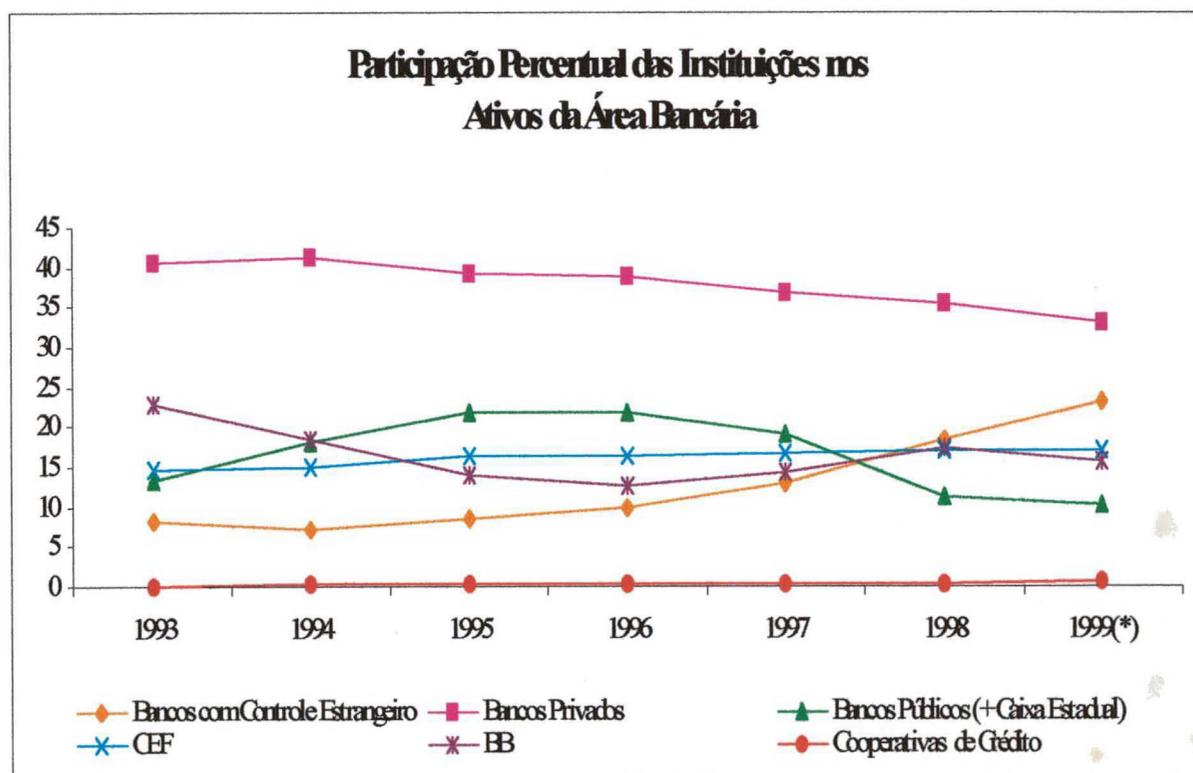
Fonte: Decad - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

Até dezembro de 1999, os bancos múltiplos com controle estrangeiro representavam 16,71% do total de instituições presentes no Sistema Financeiro Nacional. Os bancos múltiplos com participação estrangeira somavam 2,51%, e as filiais, 1,77%. No total, o valor patrimonial da participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional somava 21,36%.

Disso conclui-se que as empresas estrangeiras têm o objetivo de participar efetivamente do mercado financeiro brasileiro e não apenas integrá-lo, ou seja, as instituições que aportam no país não têm interesse apenas em auferir lucro mas em direcionar o mercado nacional.

No que se refere aos ativos da área bancária, com a implantação do Plano Real, os bancos controlados por instituições estrangeiras detinham 7,16% dos ativos. 41,21% eram de bancos privados, 18,17% eram de bancos públicos, 14,98% era da Caixa Econômica Federal, 18,28% eram ativos do Banco do Brasil e apenas 0,20% eram cooperativas de crédito. Conforme observado no Gráfico 3, os bancos com controle estrangeiro, em 1999 passam a ser detentores de 23,19%, uma elevação considerável que contrasta com a participação dos bancos públicos que chegou a 10,23%. Os bancos privados também apresentaram queda, 33,11%. Isso se deve, em grande parte, à venda de algumas instituições privadas de porte considerável como o Bamerindus, o Banco Real e o América do Sul, e instituições públicas como o Meridional.

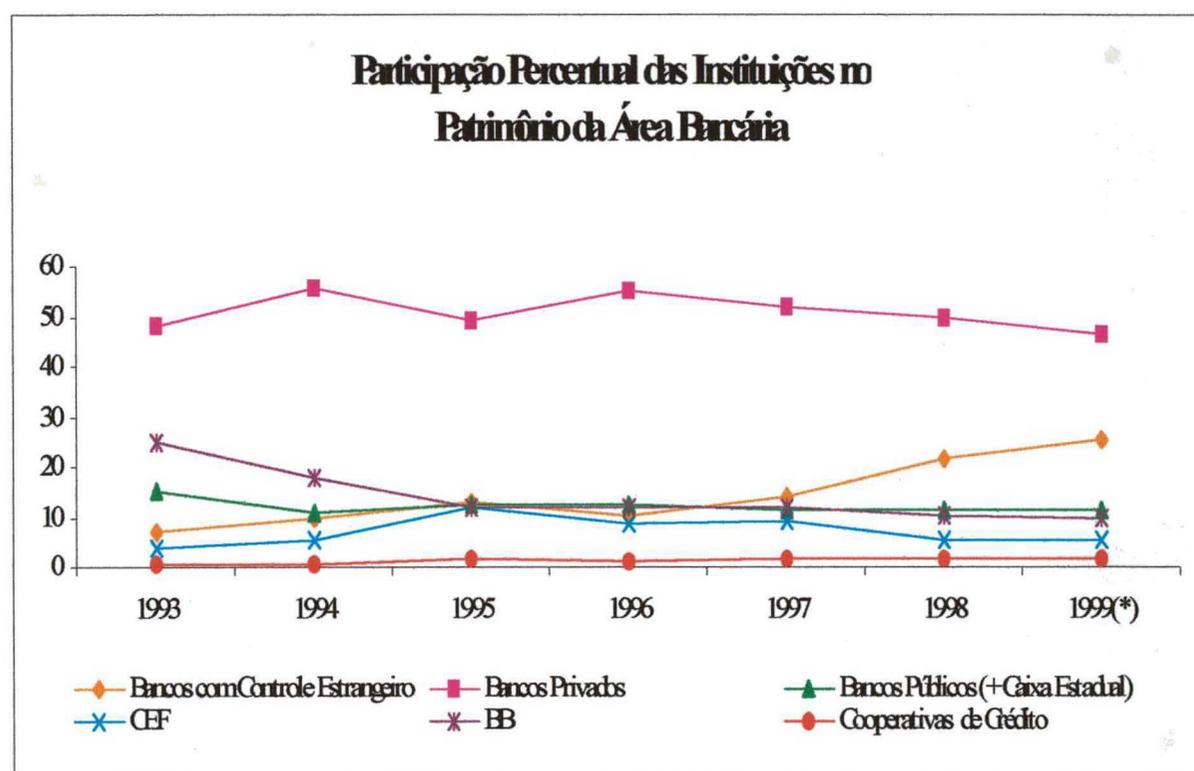
Gráfico 3 – Participação Percentual das Instituições nos Ativos da Área Bancária



No tocante ao patrimônio da área bancária, em 1994, o mercado financeiro era dominado por instituições privadas, detentoras de mais de 55% do patrimônio total da área, conforme mostra o Gráfico 4. Aos poucos esse segmento perde posições principalmente para

os bancos controlados por estrangeiros, chegando a possuir pouco mais de 46% do patrimônio em 1999. Os bancos com controle estrangeiro tiveram uma alta considerável passando de 9% em 1994, para 25% em 1999, também como resultado das aquisições realizadas no país. Outro segmento a ser destacado é o Banco do Brasil que em 1994 detinha quase 18% do patrimônio, caindo em 1999 para 10%, devido ao processo de reestruturação vivido por esta instituição a partir da implantação do Real.

Gráfico 4 – Participação Percentual das Instituições no Patrimônio da Área Bancária

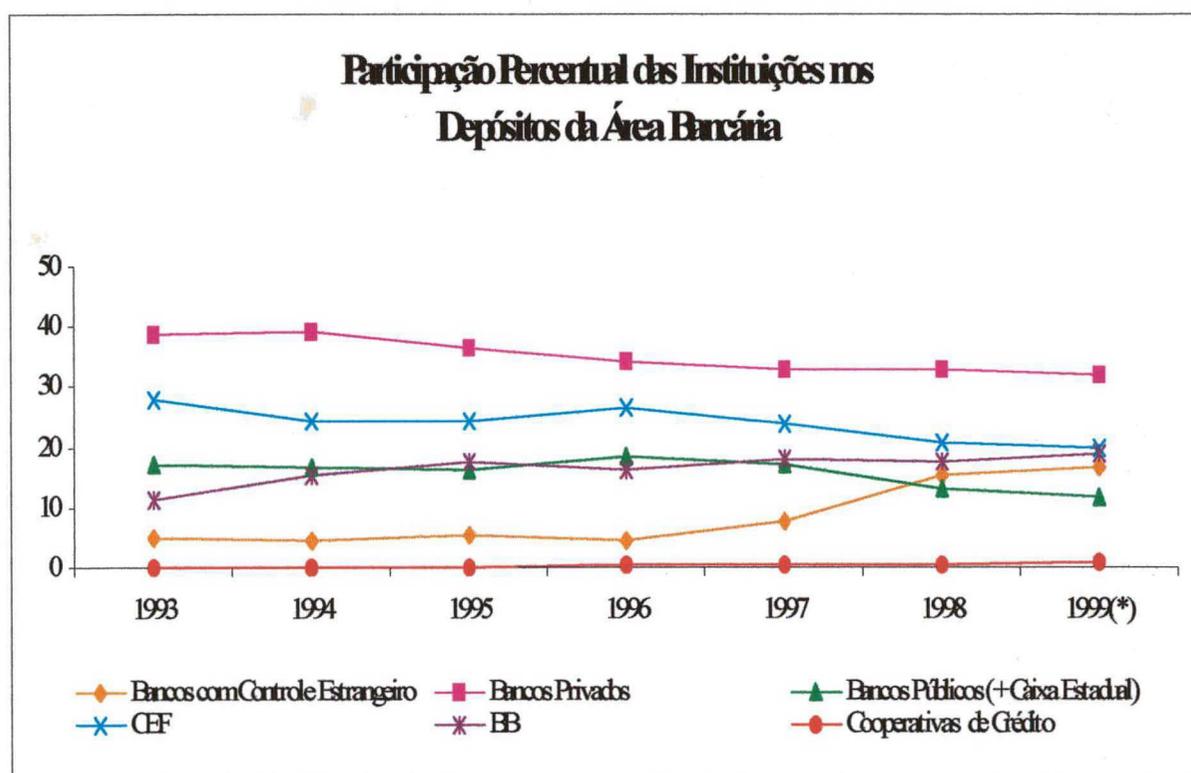


Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

Como podemos observar no Gráfico 5, os depósitos da área bancária em todo o período considerado, 1994-1999, se concentraram nos bancos privados, mesmo porque são os que possuem maior número de pontos de captação. Em 1994, esse segmento detinha 39% dos depósitos, caindo para 31% em 1999. Contrariamente a relação feita anteriormente, embora com um número menor de pontos de captação que o conjunto dos bancos privados, a Caixa Econômica Federal possuía em 1994, um quarto dos depósitos, caindo para 20% em 1999. Isso é explicado principalmente pela confiança do público em geral no cumprimento das

obrigações por parte das instituições no caso de uma crise de liquidez ou até mesmo falência da empresa. Destaque para a captação dos bancos com controle estrangeiro que passou de 4% apenas, em 1994, para quase 17% em 1999. O Banco do Brasil é outro exemplo de credibilidade ou prevenção do público, embora reduzindo seu patrimônio teve os depósitos ampliados de 15% em 1994, para quase 19% em 1999.

Gráfico 5 – Participação Percentual das Instituições nos Depósitos da Área Bancária

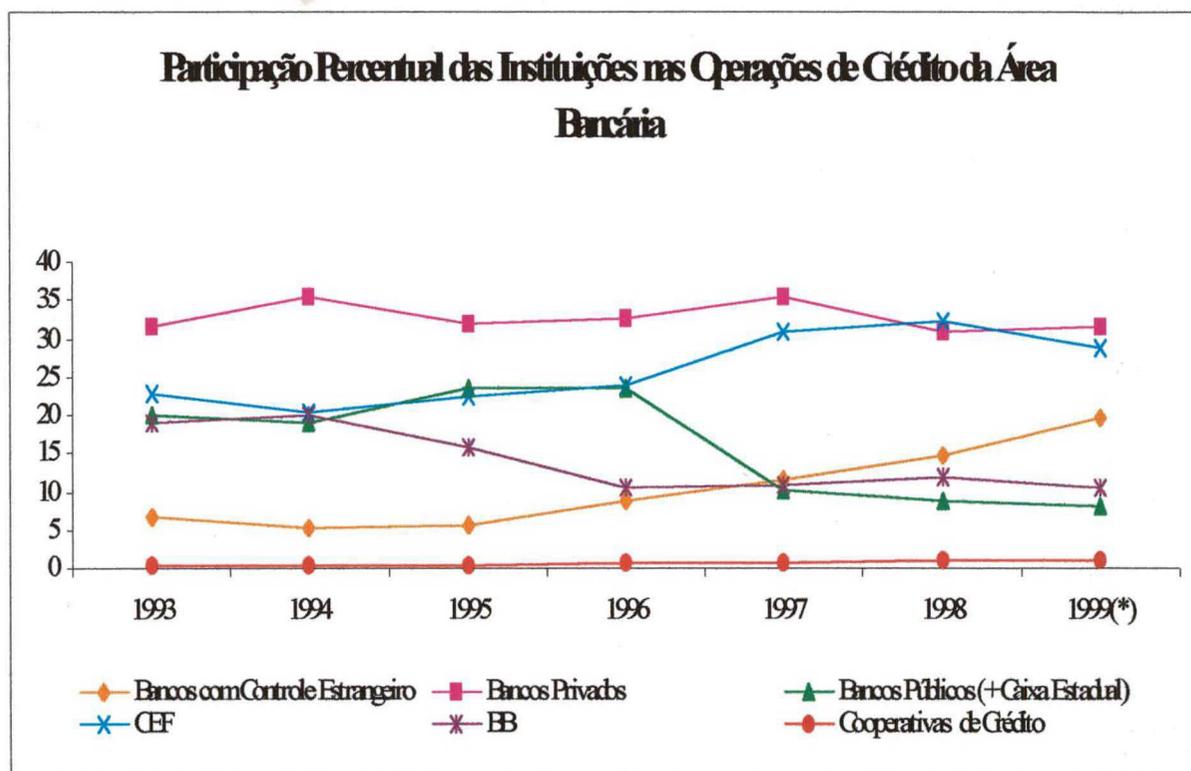


Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

De acordo com as operações de crédito, em 1994, o segmento dos bancos privados foi o que mais realizou essa modalidade, sendo responsável, conforme visualizado no Gráfico 6, por 35% das operações totais de crédito neste ano. Já em 1999, essa taxa caiu para 31%. Outro segmento que teve suas operações reduzidas foi o Banco do Brasil, passando de 20% em 94 para 10% em 1999. Enquanto isso os bancos com controle estrangeiro saltaram de 8% para 20% das operações de crédito totais, o que pode explicar parte da queda verificada no desempenho dos dois segmentos anteriormente mencionados. Além disso, a Caixa Econômica Federal também apresentou aumento, saindo de 20% em 1994, acelerando as operações entre

1996 e 1997, chegando a 29% em 1999. Destaque negativo aos bancos públicos que em 1994 apresentaram uma taxa de 20% do total dessa modalidade, declinando para apenas 8% em 1999. Isso deveu-se principalmente à difícil situação vivida por esse segmento após o Plano Real, fragilizando muitas instituições, chegando algumas delas à falência ou passando por programas de estímulo à reestruturação e regimes de administração especial, mais tarde desencadeados em privatizações.

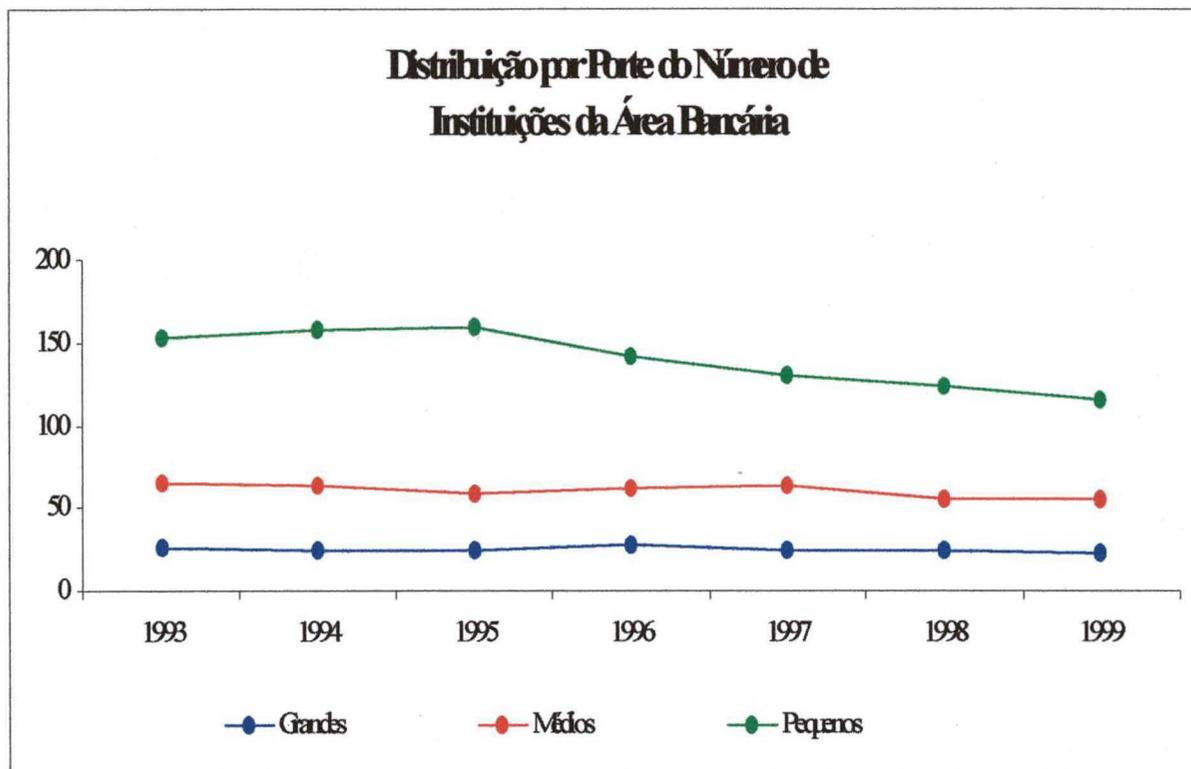
Gráfico 6 – Participação Percentual das Instituições nas Operações de Crédito da Área Bancária



Em 1994, das 246 instituições existentes no Brasil, 25 eram de grande porte, correspondendo a 79,60% do sistema bancário, 63 eram de médio porte, 17,01%, e 158 eram de pequeno porte, 3,39%. Em 1999, das 194 instituições presentes no Sistema Financeiro Nacional, 23 eram de grande porte, 79,20%, 55 de médio porte, 17,36% e 116 de pequeno porte, 3,44%. Nota-se aí, melhor visualizado através do Gráfico 7, uma considerável queda dos bancos de pequeno porte, responsável pela queda do número de instituições no país.

Porém em sua participação percentual a mudança é mínima podendo significar a fusão de pequenos bancos.

Gráfico 7 – Distribuição por Porte do Número de Instituições da Área Bancária



Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

Na avaliação da participação dos ativos dos 20 maiores conglomerados financeiros em 1995, apenas quatro instituições eram estrangeiras. Em 1999 esse número sobe para nove instituições. Entre essas, o ABN AMRO Bank fica na sétima posição detendo 2,89% dos ativos totais do Sistema. Nesta época, este banco havia adquirido o Banco Real, e passou a ser o maior banco estrangeiro presente no Brasil. O Banco Real era em 1994, o nono maior banco do Sistema. Em 1999, quando foi comprado, era o sétimo maior banco por ativos, enquanto o ABN AMRO era o décimo quinto. O Santander, hoje primeiro da lista, detinha 1,50% dos ativos totais. Em 1995, os ativos dos 20 maiores conglomerados financeiros compunham 66,05% dos ativos totais do Sistema Financeiro Nacional. Em 1999, esse percentual era de 68,57%.

Observando a participação do patrimônio líquido dos 20 maiores conglomerados financeiros, em 1995, apenas três instituições eram estrangeiras. Em 1999 esse número sobe para onze instituições. Entre essas, o ABN AMRO Bank lidera novamente dentre os estrangeiros e fica na quarta posição detendo 4,38% do patrimônio líquido do Sistema Financeiro Nacional. O Santander detinha apenas 1,17% mas ainda não havia adquirido o Meridional. Os vinte maiores conglomerados em 1995 compunha 51,71% do patrimônio total do Sistema Financeiro Nacional. Em 1999, esse percentual era de 49,80%.

Quanto a participação nos depósitos dos 20 maiores conglomerados financeiros, em 1995, apenas três instituições eram estrangeiras. Em 1999 esse número sobe para nove instituições. Entre essas, o ABN AMRO Bank fica na sétima posição detendo 2,64% dos depósitos do Sistema Financeiro Nacional. Santander, fica com 1,17%. Os vinte maiores conglomerados em 1995 compunha 84,44% dos depósitos totais do Sistema Financeiro Nacional. Em 1999, esse percentual era de 84,71%.

Quanto a participação nas operações de crédito dos 20 maiores conglomerados financeiros, verifica-se que em 1995, apenas três instituições eram estrangeiras. Em 1999 esse número sobe para nove instituições. Entre essas, o ABN AMRO Bank fica na sexta posição detendo 3,15% dos depósitos do Sistema Financeiro Nacional. Santander detinha 1,35%. Os vinte maiores conglomerados em 1995 compunha 78,06% das operações de crédito totais do Sistema Financeiro Nacional. Em 1999, esse percentual era de 77,78%.

Observando a participação por origem de capital, pode-se observar na Tabela 2 que, embora os bancos privados nacionais sejam em maior número, os bancos públicos possuem disparado um maior número de ativos, que inclusive é o segmento que mais cresceu nos últimos cinco anos. Em 1994, existiam 146 bancos privados que respondiam por 883 milhões de reais. Os bancos públicos eram apenas 32 e respondiam por 5.680 milhões de reais. Em 1999, o número de bancos privados caiu para 96, mas os ativos dobraram, chegando a 1939 milhões de reais. Os bancos públicos por sua vez, tiveram seu número reduzido consideravelmente, chegando a apenas 19. Porém, isso não causou queda nos ativos, pelo contrário, o montante chegou a 16.104 milhões de reais. No que se refere aos bancos com controle e participação estrangeira, em 1994, possuíam uma participação diminuta. Em 1999, sua participação é superior a dos bancos privados nacionais.

Tabela 2 – Avaliação dos Ativos dos Bancos por Origem do Capital

Tipo De Instituições	1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	N.º De Bancos	Ativo Médio										
Bancos Privados Nacionais	146	883	142	1.175	130	1.512	119	1.664	105	1.822	96	1.939
Bancos com Controle Estrangeiro	37	602	36	1.064	40	1.314	45	1.775	58	2.135	67	2.567
Bancos com Participação Estrangeira	31	640	32	873	29	1.040	26	2.750	17	2.724	12	3.833
Bancos Públicos Nacionais	32	5.680	32	7.999	32	9.106	27	12.210	23	13.416	19	16.104
Total	246	1.434	242	2.021	231	2.471	217	3.129	203	3.301	194	3.660

Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

De acordo com a avaliação do patrimônio médio dos bancos por origem de capital constata-se através da Tabela 3 que a maior elevação desde 1994 até 1999, foi a dos bancos com participação estrangeira, que tiveram um crescimento de 6,65%, contra 4,07% dos bancos com controle estrangeiro, 2,94% dos bancos públicos e 2,65% dos bancos privados nacionais.

Tabela 3 – Avaliação do Patrimônio Médio dos Bancos por Origem de Capital

Tipo De Instituições	1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	N.º De Bancos	Patrim. Médio										
Bancos Privados Nacionais	146	110	142	80	130	175	119	127	105	264	96	291
Bancos com Controle Estrangeiro	37	72	36	100	40	114	45	145	58	249	67	293
Bancos com Participação Estrangeira	31	80	32	101	29	123	26	258	17	304	12	532
Bancos Públicos Nacionais	32	345	32	332	32	488	27	604	23	618	19	1.013
Total	246	131	242	119	231	201	217	206	203	303,00	194	377

Fonte: Cosif - Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

Na avaliação dos ativos por segmento da área bancária, observa-se na tabela 4 que, em 1993, pouco antes do Plano real ser implantado, os bancos múltiplos detinham a maior parte dos ativos, representando 45,26%. Em 1999, esse segmento permaneceu no topo da lista, agora com 50,76%. Os bancos comerciais porém, tiveram movimento contrário passando de 23,58%, em 1994, para pouco mais de 15%, em 1999. A Caixa econômica Federal por sua vez, teve um acréscimo modesto em sua participação, saindo de 11,92% e chegando a quase 14%. O mesmo ocorreu com os bancos de desenvolvimento que foram de 8,14%, em 1994, para 10,11% em 1999. Destaque ainda para as Sociedades de Arrendamento Mercantil que dobraram a sua participação de 2,43% em 1994, para 5,42%, em 1999, e para os bancos de investimento que perderam posições, passando de 3,08% para apenas 1,02%.

Tabela 4 – Percentual dos Ativos por Segmento da Área Bancária

Tipo	dez/93	dez/94	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	Dez/99*
Banco Múltiplo	45,26	48,79	53,31	52,76	52,10	47,10	50,76
Banco Comercial ⁴	23,58	18,66	15,27	15,10	16,27	18,64	15,87
Caixa Econômica	11,92	12,16	13,77	13,64	13,83	14,01	13,82
Banco de Desenvolvimento	8,14	8,44	7,81	7,08	7,69	10,02	10,11
Soc. Arrendamento Mercantil	2,43	2,90	3,33	3,36	4,17	5,24	5,42
Banco de Investimento	3,08	3,10	1,24	1,67	1,53	0,90	1,02
S.C.Tít. e Valores Mobiliários ⁵	2,38	2,77	1,58	1,50	1,16	0,91	0,98
Cooperativa de Crédito	0,10	0,15	0,20	0,25	0,31	0,41	0,54
S. C. Fundos Imobiliários	0,33	0,56	0,29	0,59	0,52	0,41	0,53
Soc. de Crédito Imobiliário	1,23	1,23	1,18	1,11	1,09	1,10	0,45
S.D. Tít. e Valores Mobiliários	1,55	1,24	2,02	2,94	1,33	1,26	0,42
Agência de Fomento.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08
Cooperativa Habitacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Cadinf-Deorf/Copec – Boletim do Banco Central

Quanto aos bancos estrangeiros presentes no Brasil a maior participação hoje, fica por conta do Banco Santander, da Espanha, contando com um banco mercantil, Meridional, uma filial, um banco de investimento, duas corretoras de títulos e valores mobiliários, duas distribuidoras de títulos e valores mobiliários, três sociedades de arrendamento mercantil,

* Na data da coleta de dados 38 instituições ainda não haviam fornecidos dados ao Banco Central, o que representa menos que 1% do valor dos ativos do SFN

⁴ Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

⁵ Inclui as Corretoras de Câmbio.

totalizando nove empresas. Junto com essa instituição encontra-se a italiana Sudameris com dois bancos comerciais, incluindo o América do Sul, um banco de investimento, duas corretoras de títulos e valores mobiliários, duas distribuidoras de títulos e valores mobiliários, duas sociedades de arrendamento mercantil, totalizando também nove empresas. Em seguida tem-se o grupo ABN Amro Bank, que até 1999 detinha a maior participação, com sete empresas sendo três bancos múltiplos, entre eles o Real, uma corretora de títulos e valores mobiliários, duas distribuidoras de títulos e valores mobiliários e uma sociedade de arrendamento mercantil. Destaque ainda para o HSBC Bamerindus, que também chegou a ser o maior banco em termos de participação, agora com quatro empresas.

Em suma, a entrada de instituições estrangeiras no país está sendo, a curto prazo, positiva para ambas as partes. Por um lado, o Sistema Financeiro Nacional está sendo fortalecido pelo aporte de novos recursos e influenciado, no que diz respeito a modernização da rede bancária e ao aumento na qualidade dos serviços. De outro lado, estas instituições se beneficiam da ainda presente intermediação bancária no Brasil, proporcionando novas oportunidades de rentabilidade. Porém, a longo prazo, podem perder tanto a economia brasileira, através do êxodo de reservas internacionais a partir da hora que empresas estrangeiras começarem a obter lucro e remetê-los ao exterior, como também perdem essas empresas, no momento em que o país possuir um mercado de capitais mais maduro e deixar de lado a intermediação.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO

O Sistema Financeiro Nacional surge no começo do século XIX e passa por cinco fases. A primeira inicia com a vinda da família real para o Brasil em 1808, e a conseqüente instalação do Banco do Brasil, e vai até os primeiros anos da República. A segunda fase compreende o período das guerras, onde começam a surgir as carteiras hipotecárias e as operações de crédito visando o fomento ao desenvolvimento urbano e à infra-estrutura. A terceira fase começa depois da II. Guerra Mundial, marcada pelo surgimento dos bancos estaduais e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A quarta fase engloba as reformas de 64, que cria o Banco Central. A quinta e última fase compreende os dias atuais num ambiente de globalização financeira.

Até meados da década de 90, o país conviveu com altos índices de inflação, beneficiando os bancos, que conseguiam captar recursos a baixo custo e emprestá-lo a altas taxas. Em 1994, foi implantado o Plano Real. A inflação declina e acaba com as receitas inflacionárias advindas do *float* e dos altos *spreads*. Dessa forma, o setor bancário teve que passar por uma reestruturação para se adaptar ao novo ambiente econômico. As instituições mais frágeis não conseguiam se manter no mercado. Algumas quebraram. Outras foram adquiridas por grupos financeiros mais fortes, ou colocadas sob intervenção do Banco Central em Regime de Administração Especial Temporária. Diversos mecanismos de controle foram utilizados como o Fundo Garantidor de Crédito, que através de contribuição dos próprios bancos garantia a restituição de parte dos clientes em caso de falência, e o PROER, um programa de estímulo a reestruturação bancária, que entre outras coisas instigava fusões e aquisições de instituições debilitadas.

Diante desse contexto de instabilidade, o governo achou interessante a abertura do mercado financeiro a instituições estrangeiras. A legislação vigente só permite a entrada dessas instituições mediante autorização prévia da Presidência da República. Até a década de 60, qualquer banco estrangeiro podia entrar no País. Em 1962, fica estipulado o princípio da reciprocidade, ou seja, se o Brasil pudesse instalar agências bancárias no país sede da instituição que pleiteava a entrada, então esta seria concedida, regulada pelas mesmas normas

vigentes no país de origem, as quais eram aplicadas aos bancos brasileiros lá instalados. Em 1988, a entrada foi proibida, sendo autorizada apenas em caso de interesse nacional.

Autorizadas a entrarem no país, as instituições estrangeiras procuram um mercado promissor onde possam obter novas oportunidades de lucros tendo em vista o processo de desintermediação crescente causado principalmente, pela evolução do mercado de capitais em seu país de origem. Essas instituições agem comprando bancos brasileiros em dificuldades ou instalando filiais. A maioria dos casos se dá mediante aquisição do controle acionário de entidades nacionais. A maior participação de bancos estrangeiros no Brasil é a do Banco Santander, mesmo sem considerar a recente aquisição do Banespa.

A liberalização financeira traz diversos benefícios para a economia brasileira ao fortalecer o sistema financeiro doméstico em caso de choques macroeconômicos. Além disso, acirra a concorrência através da redução de *spreads* e taxas bancárias, levando à queda nas taxas de juros dos empréstimos, aumentando os investimentos.

São poucos os aspectos negativos da liberalização financeira e o principal argumento contrário a entrada de bancos estrangeiros é o possível risco de ataque especulativo contra a cotação oficial da moeda nacional, que desvaloriza a economia.

Em suma, este trabalho conclui que a influência dos bancos estrangeiros sobre o Sistema Financeiro Nacional é positiva. A medida que a concorrência no setor aumenta, melhoram os serviços e assim, o atendimento ao público em geral. Mas, muito ainda precisa ser feito, tendo em vista que o crescente aporte de tecnologia não foi capaz de eliminar as filas bancárias. Um fator a ser destacado é a alta capacidade dos bancos estrangeiros em fornecer financiamento a longo prazo, o que estimularia a elevação dos investimentos produtivos e assim, o crescimento da economia como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. *Associação Brasileira de Bancos Internacionais*. <http://www.abbi.com.br>

_____. *Sistema Financeiro Nacional*. <http://www.bcb.gov.br>

BAER, Werner e NAZMI, Nader. *Privatization and restructuring of banks in Brazil*. The Quarterly Review of Economics and Finance, 40 (2000).

BARROS, José R.M. de, LOYOLA, Gustavo J.L. e BOGDANSKI Joel. *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil*. Brasília, 1998.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: FUNARO, Dílson(org). *A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 25-50.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 3. ed. Brasília: Horizonte, 1988.

CAMPOS, José Roberto. *Diferença na comparação com as instituições privadas nacionais é de 40% e chega a 70% em relação às estatais*. O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 20 de outubro de 1997.

COELHO, Edilson. *Estabilidade da economia atraiu os estrangeiros*. O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 06 de julho de 1998.

- CORAZZA, Gentil. Crise e Reestruturação Bancária no Brasil. In: *III Encontro de Economia da Região Sul*, ANPEC Sul. Porto Alegre, 18 e 19 de setembro de 2000.
- COSTA, Fernando Nogueira. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999, p. 251-341.
- D'AMORIM, Sheila. *Bancos devem deixar de contribuir com o FGC*. GAZETA MERCANTIL. Brasília, 13 de julho de 2000. p. B.1.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. *Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90*. São Paulo: Fundap, 1999, p. 101-163.
- JÚNIOR, Carlos Alberto. *Bancos estrangeiros disputam arduamente novas fatias de mercado*. GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 1997.
- LOPES, João do Carmo & ROSSETTI, José Paschoal. *Economia Monetária*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 347-386.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Do Real para o Monetário. In: ANPEC, *Anais do XXII Encontro Nacional de Economia*. Florianópolis, 1994.
- MOREIRA, Assis. *Organização Mundial do Comércio quer fechar um acordo de liberalização global para os 131 países-membros até 12 de dezembro*. GAZETA MERCANTIL. Genebra, 22 de setembro de 1997.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Capital estrangeiro novamente em discussão – Final*. São Paulo, 08 de fevereiro de 2000. Notas e Informações, A3.

PUGA, Fernando P. *Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial*. Brasília, 1999.

RUDGE, Luiz Fernando e CAVALCANTE, Francisco. *Mercado de Capitais*. 4ª ed. Belo Horizonte: CNBV, 1998, p.43-70.

STUDART, Rogério. *Financial opening and deregulation in Brazil in the 1990s Moving Towards a new pattern of development financing?* The Quarterly Review of Economics and Finance, 40 (2000).

SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. In: *Condicionantes e princípios básicos de uma estratégia industrial brasileira para a década de 90*. Anais do simpósio EPUSP sobre modernização tecnológica e política industrial. São Paulo: Escola Politécnica/USP, 1989. p. 89-109.

TEIXEIRA, Mauro. *Bancos conseguem mais eficiência para competir*. GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 7 de agosto de 2000. p. B.1.

TIRLONE, Fabiano Kuerten. *O Sistema Bancário nos Anos 90: alguns aspectos da abertura e da estabilidade*. Florianópolis: UFSC/Departamento de Economia (monografia), 1997.

TONETO, Jr. R. *As transformações no sistema financeiro*. Curitiba: UFPR, 1995.